



*Começam os debates do
9º Congresso do PCdoB.
Veja nesta edição a
Tribuna de Debates*

Páginas 7, 8, 9 e 10

**A Classe
Operária**



PROLETÁRIOS
DE TODOS OS
PAÍSES, UNÍ-VOS

R\$ 1,00

Órgão Central do Partido Comunista do Brasil

Oposição decide lançar candidato único em 1998



Reunião em Brasília aprovou calendário para preparar plataforma comum

Os presidentes nacionais e líderes dos partidos de oposição na Câmara Federal (PCdoB, PT, PDT e PSB) decidiram, em reunião realizada em Brasília, no dia 11 de junho, trabalhar pelo lançamento de um candidato único da oposição à presidência da República em 98.

Após a reunião foi divulgada nota conjunta que detalha a ação da oposição. Foi deflagrado processo para estabelecer uma plataforma comum. Decidiu-se também criar um Fórum Permanente dos presidentes dos partidos de oposição. **Página 3**

**Eleitorado europeu
aponta para
novos rumos**

Página 15



**Estudantes se mobilizam
em defesa do ensino técnico**

Página 12



Manifestação em São Paulo, promovida pela Ubes, no dia 22 de maio

ENTREVISTA
CDM
Ricardo Cappelli, candidato a presidente
da UNE pela tese **Um passo à frente**

Página 11

■ Reunião dos presidentes nacionais e líderes dos partidos do Bloco Parlamentar de Oposição (PCdoB, PT, PDT e PSB) adotou iniciativas que poderão culminar com o lançamento de uma candidatura única das forças democráticas em 98

Líder do MST é condenado sem provas

O líder do MST, José Rainha Junior, foi condenado a 26 anos e seis meses de prisão, por ter sido considerado co-autor dos homicídios do fazendeiro José Machado Neto e do policial militar Sérgio Narciso da Silva, em 5 de junho de 1989. O júri durou 17 horas e o veredito foi de 4 a 3. Um dos jurados, que havia votado pela absolvição de Rainha, mudou o voto na segunda votação.

Esse resultado foi considerado uma piada de mau gosto por inúmeros juristas. Mesmo réus confessos de homicídios cometidos com requintes de crueldade dificilmente são condenados a mais de 18 anos. No caso de Rainha, advogados independentes, que tiveram acesso aos autos do processo, afirmam que não existem provas suficientes nem mesmo para a condenação por homicídio doloso simples.

A sentença exagerada, apesar da falta de provas, demonstra que esse foi um julgamento político. Assim ele foi considerado pela Anistia Internacional e por todos aqueles que há muito já desconfiam de que a Justiça brasileira já não é cega, enxerga sempre melhor o lado dos poderosos.

Paradoxalmente, o exagero da pena possibilitou a Rainha continuar em liberdade, já que a legislação permite um segundo julgamento a todos os que forem condenados a mais de 20 anos de prisão.

O novo julgamento deverá ser realizado no dia 16 de setembro. Pela magnitude do processo e pelas circunstâncias políticas que estão em jogo, esse novo julgamento não deveria ser realizado em Pedro Canário (ES). Sempre haverá, pelo menos, a desconfiança de que os jurados têm ligações fortes com os fazendeiros. Por isso, seria importante que o julgamento fosse transferido para outro local.

A mobilização dos setores populares para impedir nova condenação é fundamental porque não é apenas José Rainha que está sendo julgado, embora não devesse ser condenado sem provas. O que está sendo julgada é a luta dos sem-terra e a necessidade da reforma agrária. Tanto é assim que, no dia do julgamento, FHC assinou um decreto que já estava pronto há meses, com medidas que dificultam ainda mais a reforma agrária.

Mas, como afirmam os dirigentes do MST, os que lutam pela distribuição da terra no Brasil não se deixarão intimidar.



Lideranças partidárias opositoras reuniram-se dia 11, em Brasília

Candidato único da oposição para 98

Fredo Ebling

A busca de uma unidade ampla e consistente com o objetivo de combater as hostes neoliberais foi a preocupação consensual na reunião das bancadas que compõem o bloco de oposição, realizada na tarde da quarta-feira. "Separados, seremos simples degraus para a direita subir", disse Leonel Brizola, que enfatizou a necessidade de superar divergências regionais e assegurar a unidade nacional dos partidos de esquerda.

Lula afirmou que este é o momento no qual deve acontecer a ação dos partidos em busca da unidade, pois, de outra forma, cada partido lançará sua opção presidencial. "Aí", disse o presidente de honra do PT, "no dia 3 de outubro teremos, cada um, uma fração de votos e no dia 4 estaremos todos chorando e dizendo que é preciso unidade; neste momento, não adianta mais". Lula destacou a necessidade de uma unidade que ultrapasse o espectro das forças de esquerda, com uma fisionomia tão ampla quanto a dimensão dos obstáculos que se interpõem no caminho do povo brasileiro.

A partir de um exemplo singelo - o sentimento de orgulho nacional despertado pela vitória de Guga no torneio de tênis de Roland Garros - João Amazonas demonstrou que, com sua vigorosa e vibrante identidade nacional, o povo brasileiro não admitirá que nossa soberania seja vilipendiada. Ele afirmou que é indispensável "pôr de lado as divergências secundárias para concentrar esforços na grande união do nosso povo,

pois o problema maior é a necessidade de derrotar Fernando Henrique e o neoliberalismo".

As decisões dos partidos opositoras significam um novo impulso para

todos os que desejam e lutam por mudanças profundas no Brasil. A tarefa significativa que está posta agora é a de colocá-las em prática com a energia indispensável ao tamanho dos objetivos.

Reunião define uma agenda política comum

Após a reunião, realizada na quarta-feira, 11, em Brasília, foi divulgada uma nota que detalhou as deliberações dos dirigentes partidários e parlamentares:

1. Deflagrar amplo processo político para estabelecer uma plataforma comum, em consonância com o movimento popular que cresce e se desenvolve em todo o país contra a política econômica e social neoliberal do governo FHC. Neste sentido, será instituído um grupo de trabalho com a atribuição de preparar anteprojeto desta plataforma comum, a ser submetido, no segundo semestre de 97, a um Encontro Nacional de partidos, entidades e personalidades envolvidas com a necessidade de lutar por mudanças;

2. Estabelecer um Fórum Permanente dos presidentes dos partidos do Bloco das Oposições;

3. Mobilizar a sociedade em torno de uma Agenda Social de reivindicações populares, com prioridade vol-

tada para o combate ao desemprego, com aumento real de salários, estímulo à educação e saúde públicas e à reforma agrária, medidas que representem efetiva distribuição da renda nacional;

4. Dar continuidade à luta pela instilação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o tráfico de votos no Congresso Nacional, exigência da absoluta maioria do povo brasileiro;

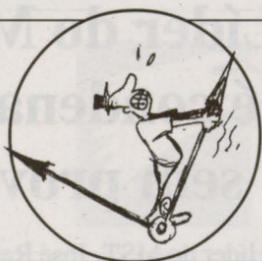
5. Exigir respeito ao pacto federativo e, ao lado da grande maioria dos prefeitos do país, reafirmar o esforço para impedir nova prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF);

6. Realizar Conferência com um balanço das conseqüências econômicas, sociais e políticas do modelo neoliberal implantado pelo governo FHC no Brasil;

7. Reafirmar disposição de trabalhar no sentido de afirmar uma candidatura única das oposições e das forças democráticas nas eleições de 1998.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



■ Reduzir a jornada de trabalho no Brasil está na ordem do dia. No Congresso Nacional foi criada Comissão Especial sobre a PEC que trata do tema. A Comissão de Relações do Trabalho da Assembléia Legislativa/SP realiza audiência pública sobre o assunto, em 19 de junho

Câmara debate 40 horas

Luiz Carlos Antero*

Com a presença de mais de 100 sindicalistas de São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Amazonas, Ceará e outros Estados, o seminário *40 horas semanais - redução da jornada de trabalho* movimentou, durante os dias 9 e 10 de junho, o Espaço Cultural da Câmara dos Deputados. O evento teve a finalidade de debater a proposta de emenda constitucional (PEC) 231/95, de iniciativa dos deputados Inácio Arruda (PCdoB/CE) e Paulo Paim (PT/RS), que reduz a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, com aumento da remuneração das horas extras de 50% para 75% das horas normais.

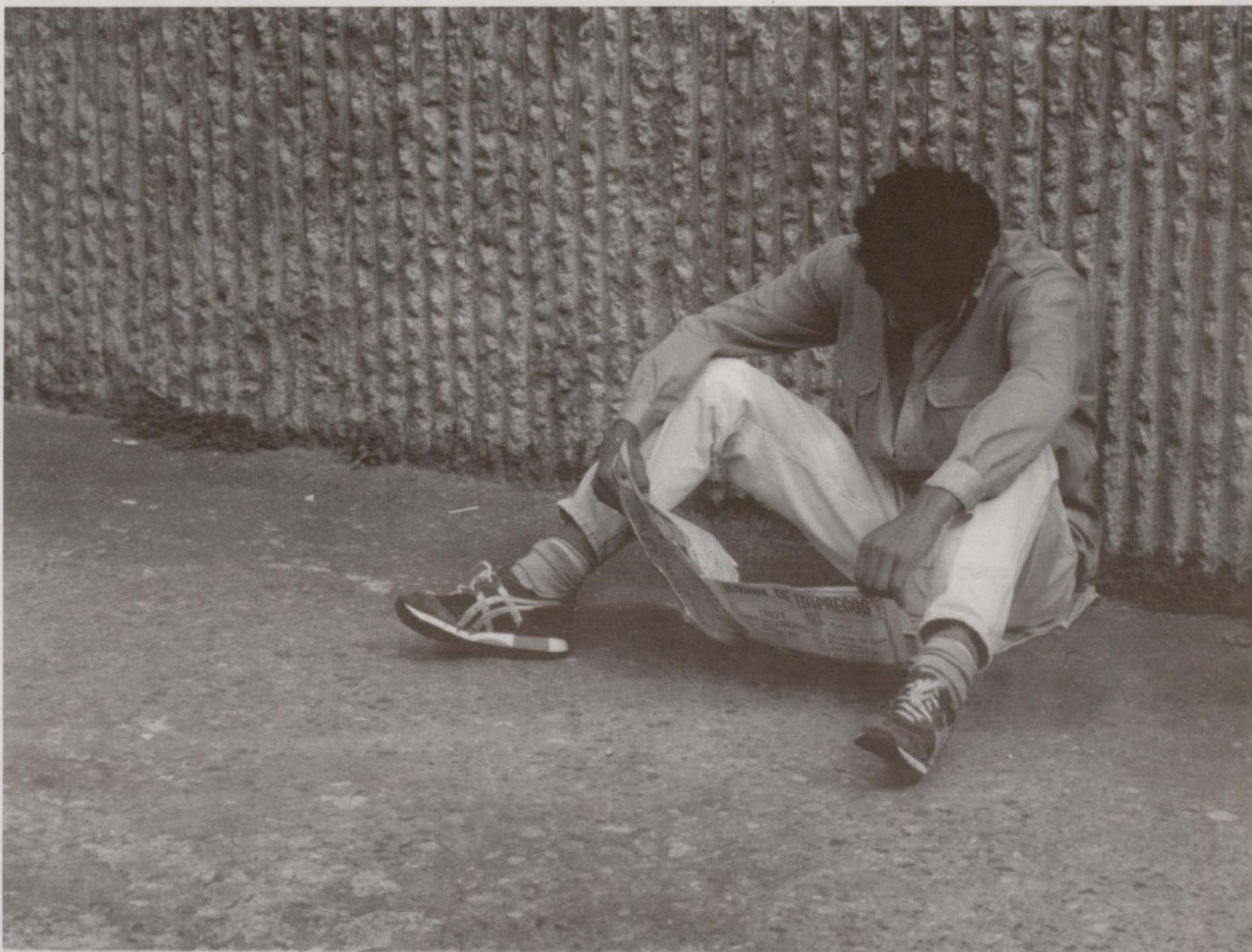
O seminário contou com a participação de especialistas ligados à universidade e diversas instituições. No primeiro debate, *A redução da jornada de trabalho na conjuntura atual*, que não teve a presença do representante do governo, o economista do Dieese, Evilázio Salvador, confirmou, entre outras coisas, que a redução da jornada para 40 horas significa a criação de 3,6 milhões de novos empregos. O segundo tema abordou *A reestruturação produtiva e a flexibilização das relações trabalhistas* e teve como debatedores Dércio Garcia Munhoz, professor de economia da UnB; e Plínio Sartí, secretário de Relações de Trabalho do Ministério do Trabalho. Foi o momento em que o governo foi mais questionado, com a presença de seu representante. À tarde, *A redução da jornada de trabalho segundo os interesses dos trabalhadores* reuniu dirigentes sindicais e parlamentares, num agitado encerramento dos trabalhos, que coincidiram com início das votações em plenário.

Foram indicados pelos diversos partidos e blocos parlamentares, os 30 titulares e 30 suplentes solicitados pelo presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, para compor a Comissão Especial, que terá prazo de 40 sessões para elaborar relatório sobre o tema. O deputado Inácio Arruda (PCdoB/CE), um dos autores da proposta, representará a bancada nesta Comissão, que examinará a proposta de emenda constitucional. O vice-presidente da Comissão será o deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP).

Separata

Redução da Jornada de Trabalho - Necessidade Histórica dos Trabalhadores é uma publicação produzida ao longo do mandato do deputado Inácio Arruda. Contendo um amplo debate sobre o sentido histórico da redução da jornada e sua atualidade, reunindo as informações mais atuais sobre o tema, e ilustrada com boxes, tabelas, quadros e um anexo acerca dos prejuízos da flexibilização para os trabalhadores na Argentina, a separata está sendo lançada em diversos eventos. Em Fortaleza, será lançada, no próximo dia 19, no auditório da Escola Técnica Federal do Ceará.

Exemplares da separata podem ser pedidos ao gabinete do deputado Inácio Arruda, pelo fone (061) 318 5582.



Com a jornada de 40 horas podem surgir 3,6 milhões de novos empregos

Reduzir a jornada sem abrir mão dos direitos

Nivaldo Santana*

Entra novamente na ordem do dia a proposta de redução da jornada de trabalho como uma das formas de diminuir o desemprego no Brasil. Visto como o maior flagelo social da atualidade, o desemprego tem várias causas complexas, que necessitam de soluções igualmente complexas.

O desenvolvimento científico e tecnológico, novos métodos de gerenciamento e a destinação maciça de recursos para o setor especulativo, em detrimento do produtivo, além do aumento da exploração capitalista, estão entre os maiores responsáveis pelo fechamento de postos de trabalho. Apenas mudanças radicais na economia podem reverter este quadro.

A curto prazo, vários setores concordam que reduzir a jornada é uma das saídas de maior fôlego para a criação imediata de empregos. A forma de colocá-la em prática é que apresenta muitas diferenças.

A Força Sindical, recentemente, assinou acordo com o Sindicato da Indústria de Trefilação e Laminação de Materiais Ferrosos de São Paulo, que diminui a jornada de 44 horas para 30 horas semanais.

A proposta traz embutida a aceitação, por parte dos trabalhadores, de salários menores e de abrir mão de certas conquistas, colocando em prática a chamada flexibilização dos direitos. É nestes moldes que o governo federal aceita discutir a proposta.

Ao movimento sindical mais combativo interessa a aprovação da PEC que tramita no Congresso Nacional, como um passo importante, que abre caminho para um processo de redução maior da jornada sem redução de salários ou direitos.

A redução da jornada para 40 horas minimizaria o problema do desemprego no Brasil, criando imediatamente milhões de empregos a curto prazo.

Outros países do mundo já adotaram esta medida há algum tempo e obtiveram sucesso, abrindo novos postos de trabalho. Na França, por exemplo, o novo ministro das Finanças, Dominique Strauss-Kahn, é autor do projeto que prevê a redução da jornada de trabalho de 39 para 35 horas, com o objetivo de gerar 700 mil empregos para jovens.

Somos contra a proposta nos moldes defendidos pela Força Sindical para reduzir a jornada, que vai ao encontro

dos interesses patronais, historicamente beneficiados com incentivos fiscais, lucros altíssimos e salários miseráveis pagos aos trabalhadores. Diminuir impostos para empresários, como quer a Força Sindical, significa diminuir investimentos em saúde, educação, habitação, saneamento básico e outros serviços sociais.

Diminuir salários e direitos sociais significa piorar ainda mais a situação dos trabalhadores, que sempre são os primeiros a pagar o pato de qualquer plano econômico, crise ou projeto de "salvação" nacional capitalista.

Temos consciência de que a redução da jornada para 40 horas é o primeiro passo para enfrentar o problema do desemprego. Entretanto, esta reivindicação deve estar relacionada com as lutas mais gerais por distribuição de renda, reforma agrária, fortalecimento do mercado interno, desenvolvimento econômico independente e abandono da política neoliberal.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Líder do PCdoB e presidente do
Comissão de Trabalho na
Assembléia Legislativa de SP



■ Trabalhadores reivindicam a criação do Fórum Sindical, onde possam discutir os problemas causados pela globalização, durante o Fórum Paralelo das Américas, que evidenciou as divergências entre países e entre classes no continente americano

Divergências de objetivos no continente

Clóvis Geraldo

As divergências regionais entre os países americanos, os protestos contra a ausência de Cuba, a organização do Fórum Paralelo "Nossa América" por entidades populares, sindicais e religiosas, as disputas de mercado entre as grandes corporações e as demais empresas do continente, e, sobretudo, os protestos contra FHC, marcaram o 3º Encontro das Américas, realizado de 12 a 16 de maio passado, em Belo Horizonte. O evento, que era para abrir espaço para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), acabou frustrando os delegados norte-americanos, ao jogar para o encontro de março de 1998, em Santiago do Chile, as discussões com este objetivo.

Até lá, diversas medidas terão de ser tomadas. Durante as discussões, em Belo Horizonte, surgiram várias reivindicações. Entre elas, a criação de Fórum Sindical, semelhante ao 3º Fórum Empresarial que aconteceu na capital mineira, reunindo empresários dos 34 países do continente. No dia 13 de maio, o presidente da CUT, Vicente de Paula da Silva, o Vicentinho, entregou ao ministro das Relações Exteriores do Brasil, Luiz Felipe Lambréia, manifesto protestando contra a exclusão dos trabalhadores das negociações de formação da ALCA.

O documento pede a formação de um Grupo de Trabalho sobre Questões Trabalhistas para discutir problemas como desemprego e condições de trabalho. "Livres comércio sem salvaguardas sociais pode produzir desemprego e piorar as condições de trabalho", ressalta o documento. Não é a primeira vez que é feita esta reivindicação. Nas outras vezes, ela foi vetada por México, Costa Rica, Colômbia, República Dominicana, Peru, Honduras, Jamaica e



Gilson Reis, coordenador do Fórum, abre os trabalhos, no dia 11 de maio

Trinidad & Tobago. Os trabalhadores ficam, assim, ao lado de Cuba, rejeitada pelos EUA que insistem no embargo e vetaram sua participação no 3º Encontro das Américas.

Esta atitude norte-americana, apoiada por países como a Argentina, não evitou que na abertura do Fórum Paralelo "Nossa América", na Câmara Municipal de Belo Horizonte, a bandeira cubana tremulasse, diante de dezenas de lideranças populares, sindicais, políticas (PCdoB, PT, PSB, PDT, PPS e o vice-prefeito da capital Marcos Santana) e populares, no dia 11 de maio último. Todos protestaram contra a exclusão de Cuba. "A globalização é um engodo, pois exclui grande parte das nações do mundo, principalmente da África e América Latina", protestou o deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG).

Em sua intervenção, Sérgio Miranda

afirmou que os EUA querem dominar o mercado latino-americano sem nenhuma abertura de suas fronteiras. "A taxação dos produtos de outros países é grande. O suco de laranja brasileiro é taxado em 50%, o aço em 120% e nossos produtos agrícolas não entram naquele mercado", salientou, o presidente da ORIT, Luiz Anderson. Ele destacou que apenas 358 multinacionais dos EUA e Canadá têm recursos iguais a 45% do PIB dos demais países do continente. Esta concentração de riqueza é responsável pela existência de 50 milhões de crianças abandonadas nas ruas das cidades latino-americanas.

O Fórum Paralelo, em seis dias, discutiu em 50 painéis a situação da mulher, dos negros, da juventude, e dos estudantes no mercado de trabalho; telecomunicações, educação, cidadania, globalização, neoliberalismo, meio

ambiente, desemprego e rádios comunitárias. Nesse período, segundo seu coordenador-geral, José Vieira, presidente da Associação Cultural José Martí, reuniu mais de três mil pessoas. Houve confronto com a Polícia Militar, no dia 15 de maio, durante o ato pelos Direitos dos Povos da Nossa América, na praça da Estação. A militância saiu depois em passeata até o Minas Centro, onde FHC abria a reunião dos ministros do Fórum das Américas, seguida pela PM. Houve novo atrito, vaias a FHC e alguns militantes saíram feridos.

Se nas ruas o confronto foi aberto, nos corredores e auditórios acarpetados não houve menos divergência. Os representantes das multinacionais dos EUA e Canadá queriam que os demais países do hemisfério abolissem suas barreiras comerciais (taxas, impostos, legislação) durante o 3º Encontro das Américas. A Confederação Nacional da indústria do Brasil (CNI) manifestou-se contrária, dizendo ser contra "esse tipo de compromisso, pois trata-se de uma aceleração imprudente do processo de criação da ALCA". Mais contundente foi a manifestação da Comissão das Pequenas e Médias Empresas do Mercosul, na Argentina. Seu diretor-executivo, Raul Enrique Vivas, disse que "os interesses das companhias que represento não são os mesmos das grandes corporações que estão envolvidas no Fórum dos Empresários".

E completou: "Essa velocidade de ajuste é impossível. As facilidades de financiamento e o nível tecnológico das empresas americanas e canadenses liquidariam as empresas de pequeno porte do resto da região. Para que a integração ocorra, é preciso reciprocidade no acesso ao mercado americano". Esta polêmica estende-se às multinacionais, que querem dominar todos os mercados, sem barreira alguma. Pesquisas do Banco de Boston revelam que 50% dos executivos das grandes corporações americanas não acreditam que a ALCA se tornará realidade.

A ALCA busca construir um mercado consumidor de 800 milhões de pessoas, representando 14% da população do planeta. Os 34 países das Américas teriam um PIB de US\$ 10 trilhões ou 31% das riquezas mundiais. Renderiam em exportações US\$ 1,12 trilhão e em importação US\$ 1,25 trilhão. Não é a toa que a representante comercial dos EUA, Charlene Barshvsky, desembarcou no Aeroporto de Confins, em Belo Horizonte, dizendo que o Mercosul deveria terminar desde já. Mas para o Brasil o impacto da ALCA seria pequeno. Faria crescer sua economia em apenas 2,08% enquanto que com a União Européia chegaria a 5,05%.

A questão é que a política dúbia de FHC acabou revelada em declaração do embaixador brasileiro na Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), José Arthur Deuot Medeiros, um dos redatores do texto do projeto de Declaração de Criação da ALCA, de 18 parágrafos: "Não há mais dois campos opostos entre os EUA e o



A sociedade civil apresentou propostas democráticas para o continente



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



Socialismo no século XXI

João Amazonas*

Já vai distante a época dos profetas que vislumbravam o futuro com a suposta ajuda da divindade. Em geral prediziam as calamidades, os males que atormentariam a humanidade, o fim do mundo. Apareceram também os que negavam a possibilidade de conhecer o porvir. "O futuro a Deus pertence", sentenciavam. Nos tempos modernos surgiram verdadeiros profetas. Já não eram adivinhos, mas pensadores apoiados na ciência, no conhecimento das leis que regem a natureza, a sociedade e conformam o pensamento humano. A predição deixou de ser fruto da simples conjectura, mas resultado da elaboração de teorias e premissas que refletem os processos do eterno movimento de tudo que existe no universo.

Vivemos os anos finais do século XX pleno de contradições. Muitos gostariam de conhecer a feição provável dos acontecimentos vindouros, os caminhos por onde trilhará a humanidade em busca de uma vida feliz. O futuro não pode, porém, desligar-se do passado, do exame crítico da época que vai ficando para trás. Esse exame dá indicações, às vezes precisas, das perspectivas vindouras, porquanto a História segue rumos definidos por leis objetivas.

O século XX começou com a passagem do capitalismo florescente da livre concorrência para a sua fase monopolista, imperialista. Todo este século transcorreu sob o domínio dos monopólios que, afinal, converteram-se em monopólios gigantes, os oligopólios transnacionais que aceleram a globalização da economia mundial.

A par dos progressos indiscutíveis na vida da sociedade ocorridos neste século, na produção, na ciência, nas artes, nos meios de comunicação, na identificação de fenômenos ecológicos, no aumento considerável da população do planeta, destacou-se também o lado sombrio, perverso, do sistema monopolista: duas grandes guerras nas quais pereceram cem milhões de pessoas, guerras variadas de dominação colonial, extermínio nuclear de populações indefesas, supressão violenta da liberdade, alargamento do fosso das desigualdades sociais.

Mas o século XX registra também memoráveis lutas sociais e políticas: revoluções, resistência armada aos opressores, levantes camponeses, combativas greves operárias, embates vigorosos contra o fascismo em defesa das liberdades.

A revolução socialista na velha Rússia dos czares é o grande marco da nossa época, seguida mais tarde por outro evento significativo, a proclamação da República Popular da China. Destaque especial teve ainda o movimento da descolonização. Muitos países, após a II Grande Guerra, sacudiram o jugo da opressão nacional, tornaram-se independentes.

Esse processo violento, contraditório, que já dura cem anos é, em última instância, o lento e prolongado parto da História. O capitalismo chegou ao fim, já não tem condições de resolver os magnoz problemas sociais e políticos gerados pelas próprias contradições que encerra. Não pode assegurar a convivência pacífica entre os povos, nem garantir o exercício da liberdade sempre mais restringida. Não pode deter a exclusão social de consideráveis parcelas da população laboriosa, nem impedir o crescimento da miséria que se alastra por todo o Globo. O socialismo, nova forma de organização da sociedade, apresenta deficiências naturais de um re-

gime que acaba de nascer, carece de experiência suficiente para se consolidar em definitivo como sistema progressista. Sofreu derrota passageira na União Soviética e no Leste europeu, depois de haver alcançado importantes vitórias na edificação da nova vida.

A experiência histórica demonstra que o socialismo não conseguirá afirmar-se de um só golpe. Sua consolidação e enraizamento universal registrará muitas vitórias e também reveses. A construção da nova sociedade é mais difícil e complicada do que antes se imaginara. Erra quem pensa que o socialismo morreu definitivamente. Erra igualmente quem o imaginava um processo em linha reta, somando sempre vitórias e expandindo-se sem obstáculos, continuamente. Também o capitalismo não desaparecerá em cada país com uma única cutilada. De certo modo, a morte do capitalismo está relacionada com a construção exitosa do socialismo. Em suma, não se constrói a nova vida nem líquida o capitalismo de uma só vez.

A transformação socialista da sociedade é um largo processo de lutas e de aprendizagem permanente. Transferir os meios de produção capitalista para a comunidade é relativamente fácil com a vitória da revolução. Mas essa transferência abrange tão somente a área econômica. Como organizar dinamicamente em todos os aspectos a nova sociedade é obra que demanda tempo e visão progressista, revolucionária.

Quando apareceram as primeiras idéias que sinalizavam a necessidade de substituir o capitalismo, aí pela metade de século XIX, surgiram os utopistas. Saint-Simon, Owen, Proudhon imaginavam, ou melhor, idealizavam a sociedade perfeita do futuro que terminaria com a exploração do homem pelo homem, com a corrida desenfreada ao lucro. Eram pregadores de ilusões, de utopias.

O socialismo, em certo sentido, é o novo desconhecido. Até hoje, em vários países, após a revolução, não se sabia exatamente como construir integralmente a sociedade do futuro. Tinha-se o plano geral, de base científica, e as forças militantes do partido de vanguarda. Já é muito, mas não o suficiente, pois além da construção econômica precisa-se forjar a vida espiritual das grandes massas. A sociedade reflete a base material em que se assenta, não, porém, de modo direto. Condicionadas pela base material, as massas criam suas próprias formas de existência. Hábitos, moral, ética, convivência social, vínculos culturais não se forjam de um dia para o outro.

O socialismo não pôde vencer simultaneamente em todos os países, nem mesmo, como supunham Marx e Engels, nos mais desenvolvidos. Triunfou na Rússia, na China, na Coreia, no Vietnã, na Albânia, em Cuba. As idéias e modos de vida aí predominantes são de países atrasados. Tais idéias e modos de vida entram em contradição com os projetos avançados que se pretendem instaurar. É preciso tempo para reverter essa situação. Ademais, a pressão do modo de vida capitalista dos países ricos repercute entre as populações onde se instituiu um regime diferente, progressista, que não pode, de imediato, assegurar condições de vida confortável a todo o mundo. Certamente, nos países ricos, a par do conforto que desfrutam as classes privilegiadas, existe a imensa faixa dos que vivem na pobreza. Essa faixa, na propaganda capitalista, fica na sombra, não aparece.

O século XXI será cenário da grande

batalha histórica que se desenvolve no seio da sociedade humana. Batalha da luta entre o novo que procura abrir caminhos, tradicionais ou inusitados, ao progresso social, e o velho que resiste por todos os meios, pacíficos e não-pacíficos, a desaparecer. Quanto tempo ainda durará esse enfrentamento, é difícil, mesmo impossível prever.

O capitalismo monopolista ingressa nessa batalha, na viragem do século, sustentando a orientação neoliberal que seus apologetas tentam fazer crer tratar-se da nova forma, irreversível, de desenvolvimento da sociedade. A verdade, no entanto, indica que o neoliberalismo é a mais brutal ofensiva do grande capital contra todas as conquistas alcançadas pela humanidade, em termos de democracia, direitos sociais, avanços culturais, identidade nacional, desenvolvimento econômico independente.

Haja visto o quadro desolador do mundo de hoje, em boa parte resultado dessa ofensiva neoliberal: 1 bilhão e 300 milhões de pessoas vivem na pobreza extrema, 800 milhões passam fome; cerca de 900 milhões de trabalhadores vivem o drama do desemprego e do subemprego. Mais de um bilhão de pessoas não conseguem usufruir cuidados básicos de saúde e ter livre acesso à educação.

A regressão antidemocrática, com a degradação da democracia política e os atentados às liberdades fundamentais, é expressão chocante da ofensiva reacionária. A soberania nacional dos países menos desenvolvidos sofre restrições e ameaças de toda ordem. *Pari passu*, a concentração das riquezas atinge níveis inimagináveis: 358 bilionários possuem fortunas iguais aos rendimentos anuais de 45% da população do mundo. Esta situação paradoxal não pode deixar de suscitar anseios de mudança na forma de organização da sociedade.

De outra parte, o socialismo, como corrente do pensamento avançado, projeta-se sobre o novo século como alternativa inevitável ao capitalismo decadente. É a grande bandeira da renovação social.

Contudo, o socialismo ressentido-se da derrota que sofreu na ex-União Soviética e no Leste europeu. Suas idéias transformadoras da sociedade perderam força entre as massas. Evidenciou-se profunda crise no campo da teoria, da ideologia. Proliferaram por toda parte "críticos" do marxismo, os que renegam princípios e a própria organização de vanguarda, assustados com o final desastroso do regime socialista na URSS e com a campanha anticomunista que se seguiu. "Ser revolucionário - dizem - é coisa do passado, velharias de outros tempos..."

Sem vencer essa crise, o socialismo não poderá avançar, nem comandar exitosamente a luta emancipadora de milhões de trabalhadores, dos explorados e oprimidos. Não há movimento revolucionário na ausência de teoria revolucionária.

Certamente vencer a crise no plano da teoria não significa repelir simplesmente fórmulas ultrapassadas, posições dogmáticas, sectárias. Impõe-se a defesa dos fundamentos da teoria marxista, seu espírito crítico e revolucionário, desenvolvê-la criativamente, ligada ao tempo em que vivemos. Já Lênin, nos primórdios deste século, dizia: "Não temos a doutrina de Marx como algo acabado, inatingível; ao contrário, estamos persuadidos de que ela só pode colocar as pedras angulares da ciência que os socialistas devem fazer progredir em todos os

sentidos se eles não querem se atrasar na vida". É preciso renovar o marxismo revolucionário, extrair as lições das primeiras tentativas de instauração do socialismo, particularmente na ex-União Soviética, a fim de que o movimento progressista continue avançando.

Longe de pretender fazer prognósticos infalíveis acerca da marcha dos acontecimentos políticos do próximo século, pode-se afirmar que prosseguirão as lutas que vêm de decênios passados por transformações da sociedade e que caracterizam a nossa época como a época da transição do capitalismo para o socialismo. Inevitavelmente, contra o neoliberalismo, expressão acabada do capitalismo declinante, levantar-se-ão os trabalhadores, os camponeses, os democratas, os patriotas, a juventude sem futuro, as massas populares atiradas à miséria. Entretanto, muitos desses movimentos sociais carecerão de perspectiva política mudancista, enquanto perdure a crise do marxismo. Neles atuarão por certo tempo os sofisticadores social-democratas, pretendendo inutilmente "reformatar" o capitalismo.

Voltará o socialismo a triunfar na Rússia?

É possível que os comunistas voltem ao poder na Rússia pós-revolucionária. O capitalismo aí instaurado contrasta brutalmente com a vida no tempo do socialismo, apesar das deficiências. O povo russo tentará livrar-se das calamidades que recaíram sobre o país com o retorno ao capitalismo. Mas a simples volta dos comunistas ao poder não significará ainda o triunfo do socialismo científico. A Rússia perdeu o rumo revolucionário ao final da década de 50. E não conseguiu até hoje desenvolver a teoria marxista, analisar em profundidade a causa dos erros cometidos, como e por que a União Soviética retrocedeu ao capitalismo. O revisionismo de Kruschov, Gorbatchov, Brezhnev e outros não são meros desvios ideológicos, é toda uma doutrina contra-revolucionária destinada a solapar as bases do socialismo, desorientar os trabalhadores e o povo, obscurecer a consciência política das massas.

No curso do século XXI a crise de teoria e da construção socialista será superada. Em vários países observam-se sérios esforços para enfrentar essa tarefa de magnitude histórica. A China, passando por altos e baixos, acabará consolidando o regime socialista que sofreu abalos com os erros do passado, nomeadamente no período da chamada revolução cultural proletária. O Vietnã, arrasado pelas agressões bélicas da França e dos Estados Unidos, será reconstruído e fortalecerá a via socialista. Em outros lugares onde houve revoluções e retrocessos, o socialismo terminará predominante.

No conjunto do mundo, particularmente nos países menos desenvolvidos, a bandeira da luta pela liberdade e pela independência nacional, abandonada pela burguesia capitulacionista passará às mãos das forças progressistas que almejam transformações radicais da sociedade. Grandes países, como a Índia e o Brasil, apresentando formas inovadoras de passagem ao socialismo, poderão alcançar expressivas vitórias.

Assim será o século XXI. Em seus começos, haverá sombras e luzes, mais sombras do que luzes. Depois, o quadro se invertirá. A humanidade viverá tempos de grandes esperanças.



■ O 9º Congresso do PCdoB tem início com a discussão do Projeto de Resolução elaborado pelo Comitê Central. As questões centrais desse debate são a necessidade de enfrentar o projeto neoliberal e o fortalecimento do partido marxista-leninista com feição moderna

PCdoB em ritmo de Congresso

Em todos os Estados, o processo de debates já teve início. Seminários, reuniões e outras formas de discussão estão sendo realizadas. Por todo o canto, é preciso colocar o debate do 9º Congresso no centro da atividade partidária.

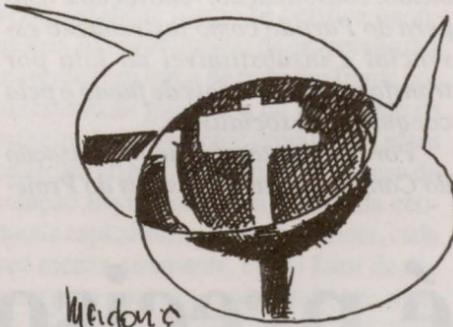
O Congresso é a instância máxima do PCdoB, ponto alto da democracia interna e da elaboração coletiva. Para as conferências regionais, os diretórios elaboram resoluções estaduais, mas a prioridade deve ser o debate nacional.

O projeto de resolução elaborado pelo Comitê Central critica os fundamentos do plano do governo FHC e propõe bases políticas da resistência, a partir da luta de massas e da constituição de uma ampla frente das forças democráticas, populares e nacionalistas. Aponta que a resistência precisa de um projeto que aponte outro rumo, não neoliberal, possível nas condições concretas do Brasil.

Em sua última reunião, o Comitê



Estadual de São Paulo convocou para os dias 29 a 31 de agosto a Conferência Estadual. Segundo o presidente do PCdoB em São Paulo, Walter Sorrentino, "no 8º Congresso dizíamos que o tempo não pára e o socialismo vive. Hoje, queremos afirmar que nos propomos à luta por um socialismo renovado e por um partido marxista-leninista de feições modernas. Essas são as questões que estão postas, democraticamente, nas mãos do coletivo partidário".



A meta, no Estado, é mobilizar quatro mil militantes nas assembleias de base, sendo dois mil no interior, atingindo cerca de 150 cidades.

Até agora, foram realizadas oito plená-

rias regionais, que contaram com a presença de 63 cidades e mais de 200 dirigentes.

Algumas medidas foram tomadas para possibilitar o cumprimento desses objetivos, como a formação de uma Brigada de Mobilização que atuará junto à Comissão de Organização; foi criada uma secretaria da Conferência Estadual, com sala, secretária e linha telefônica própria, além da constituição de um orçamento para a realização da Conferência e o processo de mobilização.

Debate vivo em Pernambuco

"Gosto do PCdoB e gosto das reuniões do PCdoB porque sempre aprendo alguma coisa". Assim traduziu o seu entusiasmo com o início dos debates acerca dos documentos do 9º Congresso o trabalhador rural José Amaro Costa, o Dudé, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serinhaém e presidente municipal do PCdoB, em reunião na Câmara Municipal da vizinha Escada, Zona da Mata Sul de Pernambuco, no domingo 1º de junho. Estava em discussão as repercussões do neoliberalismo sobre a economia daquela região, a partir do documento *Responder à escalada neoliberal construindo ampla frente nacional, democrática e popular*.

Reuniões como a de Escada integram a programação do 9º Congresso em Pernambuco, deflagrada com o debate preliminar entre os quadros responsáveis pela realização das assembleias de base e conferências municipais, previstas para a segunda quinzena de junho e o mês de julho. Na véspera, no Sindicato dos Bancários, no Recife, mais de uma centena de militantes dos Comitês Municipais da Área Metropolitana debateram o dia inteiro os temas do Congresso. Encontros semelhantes, juntando municípios vizinhos, já aconteceram em Caruaru, no Agreste, e em Arcoverde, próximo ao Sertão Central. Ocorrerão também em Salgueiro (Sertão Central), Petrolina (Sertão do São Francisco) e Araripina (Araripe, já na fronteira com o Piauí) e em mais de duas dezenas de cidades da extensa região da Mata.

"A meta é atingir mil filiados na

base, em quase 60 municípios" informa José Carlos Medeiros, secretário de organização do Comitê Estadual. "Nas condições atuais, de refluxo da luta popular e de intensa pressão ideológica reacionária sobre a militância, este nos parece um objetivo ousado, na realidade do Partido em Pernambuco", completa.

Os debates têm sido conduzidos de modo articulado com os acontecimentos em curso, como os congressos da CUT, da UNE e da UMES. Isto facilita a compreensão da militância diante da complexidade dos temas abordados nos documentos apresentados pelo Comitê Central. Talvez por isso é que despertam inicialmente maior interesse as repercussões do modelo neoliberal na realidade local e a construção da frente oposicionista.

De fato, Pernambuco é um Estado bastante atingido pelas políticas adotadas pelo governo FHC e drásticas são as consequências sociais. Metalúrgicos reclamam do fechamento de inúmeras empresas, trabalhadores rurais denunciaram a estagnação da agroindústria do açúcar. Militantes inseridos em governos municipais e no governo estadual apontam a falência da máquina pública.

Por outro lado, entre a necessidade de costurar a ampla frente de resistência e as possibilidades de concretizá-la em âmbito estadual e municipal há uma distância muito grande. As divisões internas e indefinições de partidos aliados exigem muita habilidade e persistência dos comunistas. E este tem sido um ponto de destaque nas discussões.

Campanha de finanças

Suprir uma organização como o Partido Comunista do Brasil dos recursos financeiros necessários para a sua atuação exige uma atividade de finanças múltipla, diversificada e ousada. A atividade política em geral é cara, em especial quando enfrentamos uma ofensiva ideológica anti-marxista como nunca vista na história. No conjunto das atividades que envolvem o 9º Congresso do nosso Partido, é fundamental o trabalho de convencimento e de organização que garanta a sustentação material do PCdoB.

A política se faz com dinheiro. No próximo ano, novamente estaremos em campanha eleitoral e é um desafio nacional aumentar a nossa bancada parlamentar, além de garantir a eleição de governadores e do presidente da República que ampliem a resistência ao neoliberalismo. Desde já, as direções partidárias devem elaborar um plano de finanças que envolva a contribuição militante e atividades variadas que possibilitem angariar recursos ao Partido.

Contribuição militante

A contribuição militante é preceito partidário. Os estatutos estabelecem que "pagar contribuição é condição de filiação ao Partido", e que "pagar as mensalidades estabelecidas" é dever do filiado.

Ser comunista é opção voluntária e consciente. Desenvolver a consciência dos comunistas para o dever de contribuir financeiramente com o Partido é um elemento aglutinador da vida, da disciplina e da capacidade partidária. O debate desencadeado no processo do 9º Congresso deve ser aproveitado para a discussão das finanças e para a execução de um plano de contribuição. As direções devem imediatamente engajadas na elaboração e exe-

cução do plano. Com o cadastramento da militância e dos dirigentes, realizado a partir das assembleias de base, o Diretório Nacional realizará a expedição de mala direta com pedido de contribuição financeira regular e controle do retorno. Além da militância cadastrada, também as áreas próximas (amigos e simpatizantes) serão abordadas, visando a contribuição financeira com o PCdoB.

O envolvimento de todo o Partido e suas áreas de influência com a questão deve ser buscado através de artigos, intervenções em reuniões e elaboração de material publicitário. A execução de um plano dessa natureza exige um esquema operacional que garanta seu êxito. Para isso, é necessário um trabalho entrosado entre a coordenação da campanha e as seções de organização e agitação e propaganda.

Raspadinha do 9º Congresso

No mês de julho o PCdoB lança a Raspadinha do 9º Congresso. O objetivo é angariar recursos financeiros para o Congresso. Este é um instrumento popular para a sua divulgação. Serão colocadas à venda um milhão de cartelas, no valor de R\$ 0,50 cada. Serão seis níveis de premiação: 3 logomarcas do 9º Congresso, R\$ 0,50; 3 retratos de Che Guevara, R\$ 1,00; 3 retratos de Engels, R\$ 5,00; 3 retratos de Lênin, R\$ 10,00; 3 retratos de Marx, R\$ 50,00; 3 símbolos do PCdoB, R\$ 5.000,00.

O projeto está sendo realizado em parceria com o Comitê Estadual de Goiás, que centralizará a distribuição e venda das cartelas. Pedidos devem ser enviados para o Comitê Estadual de Goiás, Fundação Maurício Grabois, CEP 74605-140, fone 062 212 4014.



Congresso com as mãos cheias

Com esta primeira edição da **Tribuna de Debates**, de um total de seis que serão publicadas até o final de agosto, inicia-se a discussão pela imprensa partidária do Projeto de Resolução Política do 9º Congresso, aprovado pelo Comitê Central em sessão plenária ampliada. Tal como nos congressos anteriores, nomeadamente o 6º (1982), o 7º (1988) e o 8º (1992), e na 8ª Conferência Nacional (1995), que aprovou o Programa Socialista, a militância partidária tem na **Tribuna de Debates** o instrumento legítimo através do qual participa ativa e responsabilmente do intenso e acurado esforço coletivo para a elaboração da linha política geral do Partido. A experiência tem demonstrado que se trata, sem dúvida, de uma provada forma do pleno exercício da democracia interna, aspecto marcante do centralismo democrático, método indefectível da organização e da direção do Partido Comunista.

A realização regular de congressos é o momento mais alto da vida partidária. Quando se reúne o fórum máximo dos comunistas, na sequência das assembleias de base, conferências distritais, municipais e estaduais, aprova-se a orientação fundamental do Partido para um período de longo prazo, presta-se contas do trabalho realizado e elege-se a direção partidária. Mas a importância do Congresso não se restringe ao cumprimento rotineiro de normas estatutárias. Para além disso, o Congresso deve corresponder às imposições da luta política, ideológica e social, às exigências do crescimento, consolidação, renovação e tempera do Partido como instrumento essencial e insubstituível da luta por transformações sociais de fundo e pela conquista do socialismo.

Por isso, as tarefas de organização do Congresso e as discussões do Proje-

to de Resolução Política não se encerram em si mesmas nem se desligam do desenvolvimento objetivo das lutas em curso no país, o que corresponde a manter o Partido em estado de mobilização em função de suas tarefas concretas, sobretudo agora, quando se prenunciam turbulências no quadro político e a elevação da temperatura da luta social.

É com esta compreensão das responsabilidades do nosso Partido que a militância e os quadros estão chamados não apenas a realizar com brilhantismo o 9º Congresso, mas a fazê-lo **com as mãos cheias**.

Fazer o Congresso **com as mãos cheias** significa envidar esforços para forjar a união das forças progressistas e democráticas em oposição ao governo entreguista, antipopular e antidemocrático de Fernando Henrique Cardoso. Significa aumentar o efetivo partidário e levar todo ele a participar do

processo congressual. Significa ainda acumular vitórias no movimento sindical, popular e estudantil, assumindo com afinco as tarefas unitárias nos congressos da CUT e da UNE.

Documento abrangente, o Projeto de Resolução Política busca dar respostas às grandes questões do momento, que instigam a inteligência e o espírito prático dos comunistas: o enfrentamento ao neoliberalismo num quadro em que historicamente se esgotam as "soluções" propostas pelo imperialismo e pelas classes dominantes a ele subordinadas; e a conquista de novos êxitos nos esforços para construir um Partido revolucionário, de princípios, com feição moderna, com efetivo numeroso, profundamente ligado às massas e ampla influência política, à altura dos grandes desafios da presente época e dos anseios de emancipação nacional e social do povo brasileiro.

O que é preciso fazer, dentre tantas outras coisas

João Martins*

Um dos exemplos mais belos vindo da literatura, quanto à ação política, agitação, nos foi dado pelo romance "A Mãe", de Máximo Gorki. Quantas lições de luta, proximidade com as massas, Pavel e seus camaradas nos deixaram.

Uma das condições básicas para que se dê a ligação do Partido com as

massas é o desenvolvimento de um trabalho intensivo e amplo em todos os sentidos, um trabalho de agitação e propaganda, para formar e firmar a convicção nas massas da justeza das idéias do Partido.

Lênin abordava esta questão da seguinte maneira: "... é preciso que todas as células se tornem pontos de apoio para a agitação, a propaganda e a organização entre as massas, isto é,

que estejam onde estiverem as massas, que se esforcem por elevar a sua consciência a cada passo, em direção ao socialismo".

Devemos levar em consideração também que não há como sustentar uma política de crescimento, dadas as necessidades políticas presentes, sem um plano minuciosamente estabelecido na área de agitação e propaganda. O crescimento partidário também está vinculado a um bom trabalho de agitação.

Nossa debilidade nesta área fica cabalmente demonstrada ao compararmos o número de filiados ao Partido no país (200 mil), à tiragem do principal instrumento partidário, o jornal "A Classe Operária" (15 mil exemplares QUINZENTALMENTE).

Esta realidade deve ser objeto de um processo de autocrítica profunda por parte do coletivo partidário.

Para uma população economicamente ativa (PEA) de 75 milhões, se quisermos representar papel decisivo na transformação da sociedade, na elevação do nível de consciência da classe operária, do conjunto de trabalhadores, da intelectualidade e das amplas massas do povo, faz-se necessário atingir, através dos instrumentos de propaganda partidários, no mínimo 70% da PEA.

Urge corrigir esta deficiência. Creio que posteriormente ao Congresso, os secretários de "agitprop" dos diretórios regionais devem ser convocados para elaborar um plano de ação nesta área (não somente visando as eleições), estabelecer regras, corrigir erros e rever os problemas enfrentados. Assim, também, estarão sendo dadas as condições para que a Executiva Nacional possa aquilatar o trabalho, exercendo um melhor controle do que esteja sendo desenvolvido pelos comitês estaduais.

* Do Diretório Regional do Espírito Santo.

REGULAMENTAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DA TRIBUNA DE DEBATES DO 9º CONGRESSO

RESOLUÇÃO 02/97

Artigo 1º - O Comitê Central publicará a Tribuna de Debates do 9º Congresso, como órgão destinado à exposição das opiniões individuais dos filiados sobre o temário do Congresso.

Artigo 2º - A Tribuna de Debates circulará quinzenalmente, durante os meses de junho, julho e agosto.

Artigo 3º - A Comissão Editorial da Tribuna de Debates fica constituída pelos camaradas José Reinaldo Carvalho, Walter Sorrentino e Jairo José.

Artigo 4º - Somente participarão da Tribuna de Debates os filiados ao Partido.

Artigo 5º - É livre o direito de expressão dos filiados, respeitada a ética partidária. Não serão publicadas matérias que contenham ataques pessoais a filiados ou ataques sem princípios ao Partido.

§ 1º - A Comissão Editorial da Tribuna de Debates, considerando alguma matéria em desacordo com esta regulamentação, enviará o artigo de volta a seu autor com as observações pertinentes;

§ 2º - Cabe ao autor recurso à Comissão Política do Comitê Central, caso deseje a publicação do artigo na forma original.

Artigo 6º - Cada filiado terá o direito de publicar até 4 artigos, com o tamanho máximo de 4 laudas, de 20 linhas de 70 toques, por artigo.

Artigo 7º - As matérias deverão ser enviadas por correio para Rua Major Diogo 834, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP: 01324-000, por Fax (011) 606-4104, ou pelo E-mail: pcdob@ax.apc.org.br aos cuidados da Comissão Editorial. Matérias serão publicadas pela ordem de chegada.

Promoção Especial

A Classe Operária



Faça ou renove a sua assinatura anual de 30 publicações do jornal **A Classe Operária** e ganhe uma agenda 1997, em homenagem a Che Guevara, por apenas R\$ 35,00.

Ligue (011) 604 4140 / (011) 606 0412

Formas de pagamento:

- Cheque nominal à Editora Jornalística **A Classe Operária**
- Vale Postal

- Cartão Credicard/Diners nº _____ Validade: _____

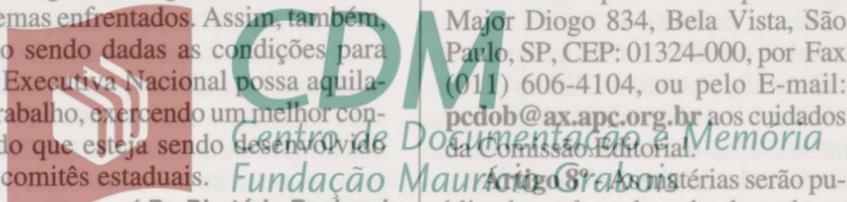
Nome: _____ Profissão: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Telefone: _____





A crise da economia capitalista

Umberto Martins

O 9º Congresso do nosso Partido defronta-se com alguns temas polêmicos que dizem respeito às perspectivas do capitalismo (e, por consequência, também da classe operária), cuja compreensão é essencial para os comunistas. A consciência e o conhecimento de tais questões é que podem iluminar o caminho da nossa estratégia contra o neoliberalismo.

É bom lembrar, neste sentido, que foi a convicção da justeza da resolução adotada em 1912 no Congresso da Internacional Socialista, realizado em Basileia, que inspirou o espírito bolchevique a transformar na Rússia a guerra imperialista na guerra civil revolucionária que resultou na revolução de 1917.

Creio que duas questões fundamentais que se colocam neste momento podem ser formuladas da seguinte forma:

1 - A economia capitalista está em crise ou, muito pelo contrário, acaba de inaugurar uma nova fase de crescimento econômico?

2 - O sistema ou a ordem imperialista mundial tende para uma crise de natureza geopolítica, que já estaria em gestação, ou caminha rumo à paz perpétua de que tanto se falou após a queda do muro de Berlim (1989) e a dissolução da União Soviética (1991)?

Neste artigo, pretendo abordar o primeiro ponto, ou seja a polêmica sobre a crise econômica do capitalismo.

As taxas de crescimento do PIB, ao lado da evolução do nível de emprego (que em parte delas resulta), constituem o principal indicador do desempenho econômico do sistema. Estatísticas produzidas por instituições oficiais como FMI e Banco Mundial revelam um declínio progressivo e persistente do crescimento nos países capitalistas considerados mais desenvolvidos ao longo das três últimas décadas, conforme destaca a proposta de resolução política da Direção Nacional do Partido. Em seu movimento na história, este declínio econômico veio a configurar uma tendência à estagnação e a gestar toda uma fase crítica, de decadência do sistema capitalista, que se define como antítese do período de prosperidade vivido pelo sistema nas primeiras décadas do pós-guerra e provoca um quadro de degradação política e social assustador.

O contraste começa pelas taxas de crescimento - 5% na década de 60 contra cerca de 2% nos anos 90 (nos países da OCDE) e desdobra-se no nível de desemprego - 1,5% em média na Europa naqueles anos dourados contra cerca de 11% hoje. Reflete-se também no fato de que o período anterior foi caracterizado por crescentes conquistas sociais e trabalhistas e pela generalização (especialmente na Europa) do chamado Estado de Bem-Estar Social, criando ambiente para a colaboração de classes, em contraposição à precarização das condições de trabalho, arrocho e tentativa de desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social, observada hoje, fenômeno que gera uma enérgica resistência dos trabalhadores, aumenta a temperatura da luta de classes e ameaça a relativa paz social.

Com uma taxa de acumulação não tão generosa nesta fase crítica, o capital revê as concessões feitas num passado em que também sofria a pressão do socialismo soviético. Em contraste com soluções ins-

piradas no keynesianismo para os problemas econômicos e sociais, agora vigora o tacão de ferro neoliberal. Não é por acaso que justamente nesses tempos observa-se o florescimento e a consolidação de tendências neofacistas (Hitler foi um animal gerado no ventre da Grande Depressão, num contexto ainda marcado pelas humilhações impostas pelos vitoriosos à Alemanha no Tratado de Versalhes).

Assim, enquanto o panorama nos países mais desenvolvidos do mundo capitalista nas primeiras décadas do pós-guerra era de euforia e prosperidade (a ponto de originar a idéia de que constituíram a era de ouro ou os anos dourados do sistema), o atual é de decadência econômica e degradação política e social. Os fatos históricos justificam falar, assim, na existência de duas fases distintas de desenvolvimento do capitalismo desde o pós-guerra: a primeira, de crescimento e prosperidade; a outra, antítese da anterior, vem se constituindo numa fase crítica, de decadência.

No entanto, para enxergar com mais clareza o fenômeno é preciso entender que a explicação para esta crise (a crise da economia, devo frisar) não será encontrada, pelo menos diretamente, nos clássicos do marxismo. Karl Marx, que viveu ainda na época do capitalismo concorrencial, registrou e estudou exaustivamente as perturbações cíclicas da produção sob o capitalismo (então verificadas de 10 em 10 anos) decorrentes da superprodução. Nos marcos de sua época, não viu e nem poderia ter analisado contradições que seriam próprias do imperialismo, embora este nascesse objetivamente do processo de centralização do capital, para o qual chamou a atenção. A crise de que falamos não deve ser confundida com a crise cíclica, pois compreende toda uma fase relativamente longa ou uma era crítica, caracterizada pelo declínio progressivo das taxas de crescimento econômico e elevados níveis de desemprego. Tampouco o livro "O Imperialismo, fase superior do capitalismo", de Lênin, explica a atual crise econômica, que - estou convencido - não pode ser compreendida à luz da sua idéia de capitalismo agonizante, que tendo sido desenvolvida em 1915 seria aplicável a qualquer momento da história desde então. Isto significa que, a rigor, o capitalismo estaria tão agonizante hoje quanto nas décadas de 50 e 60. Penso que não seria adequado classificar o capitalismo como moribundo naqueles anos, que muito historiadores classificam como dourados.

Se a idéia fosse válida para aquela época como talvez seja hoje, não haveria maiores diferenças entre um período e outro e, se é verdade que a crise desses dias se define como antítese dos chamados anos dourados, ao apagar as diferenças entre os dois períodos o conceito de capitalismo agonizante pode dificultar ou impedir a identificação das particularidades da atual crise.

O fato de não ter sido observada e analisada pelos clássicos não anula, porém, sua existência. Ao contrário do que julgava Platão, este é mais um caso em que a matéria precede a idéia. O fenômeno, ou seja, o ingresso numa fase decadente do capitalismo vem sendo observado por historiadores como Perry Anderson e Hobsbawm e vários economistas.

Desta forma, embora seja necessário

reconhecer a carência de uma explicação teórica para o fenômeno, antes de mais nada são os fatos que atestam a realidade da crise. Há fortes indícios de que ela resulta das revoluções na composição orgânica do capital (alta dos investimentos em capital constante e queda das inversões em capital variável - salários) e seus reflexos sobre as taxas de lucros e o nível de emprego, associados aos efeitos do crescente parasitismo sobre o processo produtivo. Seu mais dramático produto é o crescimento extraordinário do desemprego.

A mudança da composição orgânica do capital traduz-se em reduções muitas vezes drásticas (como se verifica na indústria automobilística) da proporção das inversões em força de trabalho frente aos próprios investimentos produtivos, antes esteio da criação de empregos (e base da solução keynesiana para a crise da economia capitalista), podem funcionar, cada vez menos raramente, como fator de desemprego - que, ao contrário do que muitos pensam, não é apenas mais um problema social (uma excrescência - que se destaca ao modo metafísico de uma economia pretensamente saudável), mas em primeiro lugar a maior expressão da crise econômica.

Assim, em última instância, a crise atual do capitalismo é o produto do avanço (acumulado) da produtividade do trabalho, que elevou a um grau extremado a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações capitalistas, baseada na apropriação privada das riquezas. O desemprego é a maior expressão deste antagonismo, que está a exigir uma solução revolucionária, como Marx anteviu de maneira genial no século passado.

A Financeirização

Nosso tempo tem sido pródigo na criação de novas palavras e conceitos. Entre as que estão em moda, vem ga-

nhando destaque a chamada *financeirização*, que ao cabo sugere a primazia dos fenômenos financeiros sobre o processo de produção, ou em outras palavras, da economia fictícia sobre a economia real.

A evolução da informática e das telecomunicações, aliada à desregulamentação dos fluxos de capital e à necessidade de financiamento dos crescentes déficits públicos e nas contas externas de vários países (em primeiro lugar dos EUA) são fatores, entre outros, que impulsionaram a internacionalização (ou mundialização) dos mercados financeiros e dotaram parte do capital de uma extraordinária e perigosa volatilidade, que pode se desdobrar em crises cambiais como a que sucedeu ao México em dezembro de 1994. O próprio FMI alerta para a possibilidade de novos abalos do gênero.

São fenômenos novos, que merecem ser estudados, mas creio que seria no mínimo precipitado adotar o conceito de *financeirização*. É mais prudente iniciar nossas investigações sobre a crise do sistema capitalista (que de fato estão ainda no início) começando pela análise da produção (que tem primazia sobre o processo de distribuição e intermediação financeira), ou da economia real, como recomendava Karl Marx, que fez preciosas observações sobre os erros em que incorria a economia burguesa, com o propósito de negar as contradições do sistema, ao procurar as explicações para os fenômenos da produção enfocando, em primeiro plano, o processo de circulação. Nossa mídia é que adora comprar e vender as novas palavras e conceitos da moda, que muitas vezes são meros invólucros para o contrabando de interesses ideológicos. Não devemos acatar, de forma acrítica, suas palavras de ordem.

Quanto à polêmica sobre geopolítica, fica para uma próxima edição.

"Do secretariado do Organismo de Base dos Condutores de São Paulo

TEORIA, POLÍTICA E INFORMAÇÃO EM PRINCÍPIOS

Leia na edição 45 de Princípios:

Socialismo no século XXI, por **João Amazonas**

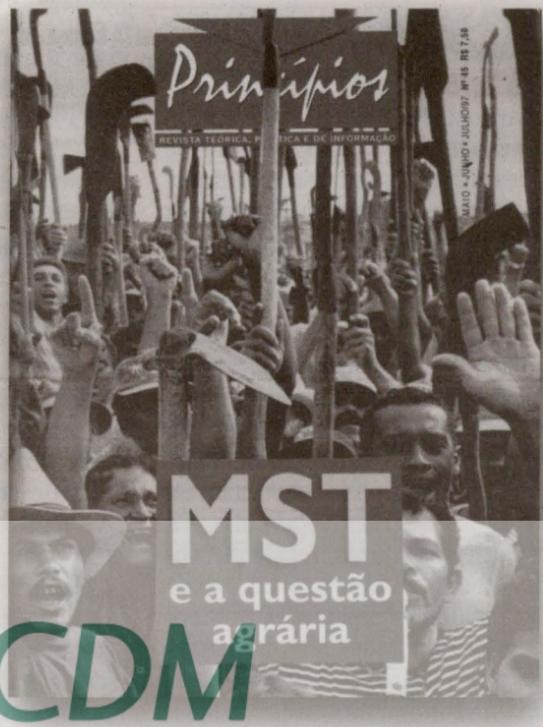
Terra, direito e justiça, por **José Saramago**

Os apóstolos do passado e os porta-vozes do futuro, por **José Carlos Ruy**

Caminhos de um autoritarismo civil subalterno, por **Haroldo Lima**

Forças Armadas, poder naval e soberania nacional, por **Aldo Reberlo**

E muito mais!



Faça seu pedido para: Centro de Documentação e Memória, rua Mons. Passalacqua, 158, CEP 01323-010, São Paulo-SP, fone 011 289-1331, e-mail: agprincipios@ax.lbase.org.br

Organização viva e concreta

Edwiges Carvalho*

Esse momento de realização do 9º Congresso do PCdoB tem vários aspectos importantes. Um deles é colocar sua militância em movimento para buscar contribuir com a discussão proposta. Quero aqui participar deste debate expondo algumas opiniões iniciais sobre as questões referentes ao Partido.

O documento apresentado pelo Comitê Central faz uma rica análise política e demonstra a necessidade de avançarmos no tratamento de aspectos relativos à vida partidária.

Dos vários problemas organizativos analisados, os quais temos acumulado, em certa medida, alguns devem nos preocupar mais pela dimensão que possuem na nossa forma estrutural. O pequeno crescimento, a não vinculação de novos filiados, a atuação política pouco apoiada nas bases, uma certa opinião liberalizante de organização, bem como incompreensões no método de direção e de trabalho coletivo, são assuntos que estão na ordem do dia e requerem de nós, militantes e dirigentes, uma atitude política na perspectiva de superação, para que o Partido possa oxigenar suas relações internas e possibilitar sua ampliação.

Política e organização

Muito temos falado que a organização não tem acompanhado a política, que esta avançou e aquela está, de certa forma, paralisada. Por outro lado, compreendemos também que a responsável primeira pelo crescimento e fortalecimento do Partido é a elaboração política. Temos a avaliação que nossa política tem sido acertada, tanto é que tem ganho espaço e respeito na sociedade. Onde repousa, portanto, a contradição entre avanço político e estagnação organizativa? Arrisco a pensar que não temos conseguido entender a relação dialética entre a ação política e o crescimento estrutural. Ainda vemos a construção do Partido de forma elitista, no sentido de que só bastam os quadros.

O não entendimento maior do quadro conjuntural em que vivemos, da importância de uma prática política coerente e ampla, da necessidade de um partido grande, que vamos precisar de todos que nutrem o sentimento de transformação revolucionária para a grande batalha de luta pelo socialismo no Brasil, pode nos impedir de superar esta dicotomia.

Entendemos que a forma estrutural do partido é a expressão de uma ideologia e de uma política determinada. Assim, debatermos as dificuldades que vivenciamos hoje é fundamental neste processo. Pensar a política de organização de maneira ampla, que abranja não só a sua estrutura formal, mas a viabilidade material, a veiculação de nossas idéias, verticalizar a elaboração teórico-política para que possamos responder aos anseios da luta presente como o olhar de futuro, é avançar na compreensão e formulação da teoria revolucionária de partido. É procurarmos entender de forma dinâmica, dialética, os fundamentos e princípios do partido marxista-leninista

e não emoldurá-los em um modelo esquemático.

O novo não nasce da simples negação do que se pressupõe velho.

Após a queda dos regimes socialistas do Leste Europeu, os ataques ao partido revolucionário e particularmente ao princípio do centralismo democrático, têm refletido em nosso Partido, por vezes em opiniões liberais sobre a organização, pressupondo estar se praticando a democracia, por outro, como centralização para simplesmente reafirmar o princípio.

Penso que nossa defasagem teórica, o esquematismo, a debilidade de enxergar com maior amplitude nossa ação política, empobrece e contribui para o pensamento de que a atualidade da organização é negar o centralismo democrático. No anseio de buscar o novo, não se tratam de forma correta as dificuldades maiores da concepção revolucionária de organização.

Se reconhecermos que a concepção leninista de partido tem como centro o conceito político de vanguarda, a fusão da consciência socialista com movimento espontâneo da classe operária e o centralismo democrático, é urgente avançarmos na compreensão e atualização desse pensamento para o nosso tempo e realidade.

A construção do partido comunista no tempo atual requer vê-lo de forma

viva no movimento político concreto e não formal. Compreender princípios dialeticamente para que sejam forças impulsionadoras da prática política. Entender a relação dialética entre centralismo e democracia e não burocratizá-la. Pensar a relação entre teoria e prática de forma vibrante que possa refletir no nosso trabalho cotidiano.

A todo momento tem se ressaltado a urgência de criarmos formas novas de estruturar o partido. Porém ainda não temos vislumbrado esse novo com clareza suficiente. Penso que o novo é enfrentarmos coletivamente os desafios que aí estão, aprofundando e atualizando a concepção leninista de partido revolucionário. É propiciarmos à militância uma forma de participação adequada, considerando a realidade de cada lugar e permitindo um engajamento efetivo e não formal da vida partidária.

Por outro lado, é falso imaginar que Lênin concebeu uma forma esquemática, estática de partido e de um único modelo. Sobretudo, concebeu uma organização revolucionária, democrática, que deve ser adequada à realidade, à condição política e necessidade de cada tempo. Se analisarmos as formas das mais variadas organizações da humanidade, em nenhuma outra o direito de expor opiniões e idéias, de discordar, apresentar propostas, defender com li-

berdade, foi tão garantido.

É certo também que na experiência socialista ocorreram erros na aplicação dos princípios marxistas-leninistas, assim como tem havido incorreções e incompreensões na aplicação destes na prática política em nosso Partido. Entretanto, se ainda é válido este conceito organizativo pelo objetivo ao qual se propõe e do caráter de classe que possui, urge procurarmos dinamizá-lo, é fundamental tornarmos as organizações comunistas um centro político ativo.

Para tanto, pressupõe-se combinar vários aspectos, tais como a capacidade e o potencial de contribuição de cada militante, direção viva e conectada à atuação cotidiana das bases, superar as debilidades de método, investir na formação teórica/ideológica, criar condições materiais para o funcionamento do Partido, dentre outros aspectos relevantes.

A dinamicidade, a inovação, a ação vibrante, sintonizados com a realidade e o tempo histórico, são necessárias para a renovação e continuidade do Partido como força do novo, da transformação social, da construção do socialismo. Esta força tem que ser renovada na perspectiva revolucionária a cada ação que implemente. Jamais pode envelhecer.

*Edwiges Carvalho,
Comitê Estadual de Goiás

Camaradas, dinheiro não cai do céu

Marcos Paulo

O Partido Comunista do Brasil usufrui de 10 anos de liberdade política, o maior período na história dos comunistas no país. Várias questões têm sido colocadas e solucionadas total ou parcialmente. Porém uma, a construção material e financeira do Partido, tem sido rigorosamente negligenciada.

Com certeza existem infinitas explicações, mas não justificam. A questão material e financeira do Partido precisa, urgentemente, ser colocada na ordem do dia, no processo do 9º Congresso.

Paradoxalmente, o Partido apresenta um certo crescimento de sua estrutura, amplia enormemente sua influência política no cenário nacional nas diversas frentes: parlamentar, sindical, estudantil etc., mas a área financeira continua estagnada.

É verdade que a política recessiva de FHC de arrocho e perda do poder de compra dos salários é o fantasma da falência que ronda os pequenos e médios empresários dificultam imensamente a mobilidade do Partido visando edificar uma rápida campanha material e financeira para colocá-lo num patamar de maior competitividade política na sociedade atual.

O problema é método? É falta de planejamento? Ou está relacionado com a concepção de Partido?

A questão da construção material e financeira do Partido não pode ser reduzida de forma tão simplista. Está, sim, relacionada com os métodos, planejamentos e concepções de forma dialética. Por exemplo, o método não pode ser levado ao extremo em que prevaleça "a ditadura da política sobre as finanças".

A política é aplicada concretamente em uma dada realidade. Se tem esta consciência o planejamento fluirá naturalmente, desdobrando em planos criativos, em uma política de "marketing" moderno, racionalizando os recursos nas diversas frentes, de acordo com a realidade de nossas prioridades.

Ora, camaradas, a concepção marxista também é válida para a estruturação material e financeira do Partido. Aqui, o materialismo histórico e dialético requer amadurecimento, destreza, habilidade do coletivo partidário para ser aplicado com sucesso.

Ignorar a construção material e financeira do Partido é assumir, na prática, o idealismo puro ou concentrado que, mais cedo ou mais tarde, manifestará suas insuficiências e deformações na militância comunista.

Com certeza, centenas de planos foram elaborados pelas instâncias partidárias e estão engavetados. Na expressão popular: "de boa intenção o inferno está cheio". Isto é parte do problema, outra

parte é o plano sair do papel e concretizar-se envolvendo o coletivo partidário. Este é o ponto nevrálgico e exige uma solução positiva e com entusiasmo para esta questão fundamental da revolução.

Neste sentido, o Comitê Central apresentou um plano de contribuição militante, o que significa uma questão estratégica para a nossa organização, que precisa ser encarado com determinação pelas direções e com entusiasmo pelo coletivo. Penso que precisamos percorrer este caminho com paciência, porque a cultura política brasileira é muito fisiológica. Os contribuintes da nossa organização precisam compreender esta questão de forma ampla e multifacética.

Por outro lado, a ação de finanças mais permanente requer uma análise mais aprofundada, por parte dos dirigentes. Lições de cada evento precisam ser estudadas dentro de uma perspectiva de superar os obstáculos e formar uma cultura de quadros com capacidade de gerenciar e administrar os negócios sob a ótica de nossos interesses.

É necessário luz, muita luz, no processo do 9º Congresso do Partido, sobre a construção material e financeira para equacionar concretamente esta questão fundamental da construção e organização do Partido Comunista do Brasil.

*Comitê Estadual de Goiás



■ Intensifica-se a luta contra o governo FHC e sua política neoliberal. É nesse momento que a União Nacional dos Estudantes vai realizar o seu 45º Congresso. Cerca de cinco mil estudantes são esperados para o Congresso, de 2 a 6 de julho, em Belo Horizonte

É preciso unir os estudantes

Ricardo Abreu (Alemão)
e Waldemar de Souza*

O movimento estudantil, com a UNE e a Ubes na linha de frente, é um dos setores mais importantes da luta oposicionista, ao lado do MST e da CUT.

Na atual gestão da UNE, os estudantes têm marcado presença firme e decisiva em todas as mobilizações e ações populares, desde a manifestação contra a quebra do monopólio da Petrobrás até as últimas mobilizações dos dias 20 e 21 de maio, contra a privatização das universidades públicas (PEC 370), por uma nova lei de mensalidades e pela CPI da reeleição.

Com essa atuação ampla e combativa, a UNE vem desempenhando papel fundamental na unificação dos movimentos sociais e na formação de uma frente democrática e popular de oposição no Brasil. A Conferência Nacional em Defesa da Terra, Trabalho e Cidadania, uma iniciativa da CUT, foi um momento importante dessa articulação e nela, mais uma vez, a UNE se fez presente e auxiliou, sobremaneira, nos rumos definidos. Outro instante destacado foi a grande participação dos estudantes durante a marcha do MST e na chegada desta, dia 17 de abril, em Brasília.

O destaque do movimento estudantil na luta contra o *provão*, na mobilização contra a reeleição, em defesa da verdadeira autonomia universitária, na luta pela reforma agrária e na ação contra a privatização da Vale chama a atenção de todos os setores, das forças neoliberais aos partidos de esquerda. Todos esses setores atuarão no Congresso da UNE, de forma direta e indireta. Por isso, este não será um Congresso com as mesmas características que os anteriores. A grande quantidade de organizações partidárias e grupos políticos que estão se movimentando e a grande estrutura financeira que alguns mobilizam atestam que a disputa será acirrada e complexa.

A União da Juventude Socialista defende que o movimento *Um passo à frente*, as lideranças independentes, indignadas com a política educacional de FHC, estudantes ligados aos partidos de esquerda (PCdoB, PT, PCB, PSB, PDT, PPS) e aos movimentos como o MST, acordem as principais resoluções e que atuem em conjunto, formando a base principal da chapa vitoriosa e da nova diretoria da UNE.

Estamos apresentando para essa chapa e para o congresso, a candidatura de Ricardo Cappelli, estudante de informática da Universidade Estácio de Sá, do Rio de Janeiro, a presidente da UNE. Cappelli que, pela segunda vez, está à

frente da UEE do Rio, foi escolhido como o candidato da UJS e da corrente *Um passo à frente*, após abrangente, inovador e democrático processo de consulta e decisão.

Infelizmente, algumas forças do movimento, por incompreensões e oportunismo, elegem a UJS como a principal inimiga para o Congresso. Fatos dão conta que existem setores que se relacionam de maneira encoberta com o MEC, buscando financiamento para nos derrotar. Tentam, de todas as formas, articular uma frente para deslocar-nos da direção da UNE. Para isso, elegem a despolitização como tática principal. Sem conseguir questionar as ações que a gestão desenvolveu, tentam achar, em questões administrativas ou de caráter interno do movimento, a bandeira da oposição.

Buscam, a todo custo, derrotar essa nova concepção de movimento estudantil de luta, unitário, plural, democrático e de massas. De forma consciente ou não, prestam serviço ao governo federal, que quer de toda maneira enfraquecer ou dividir a UNE. Usam desde a mesquinha até o fisiologismo aberto, tentando comprar lideranças do movimento.

Cappelli, um passo à frente

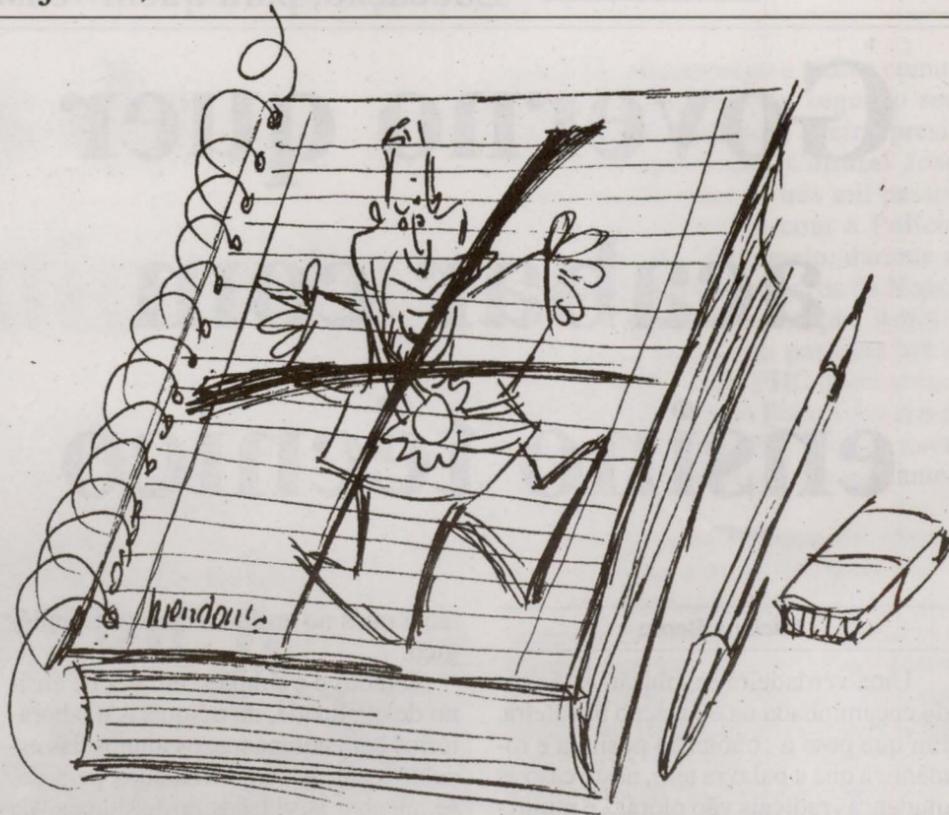
Ricardo Cappelli, 25 anos, estudante de informática na Estácio de Sá, Rio de Janeiro, é o candidato a presidente da UNE pela tese *Um passo à frente*. Cappelli é uma das principais lideranças da UEE/RJ desde 1995. Ele fala da importância da UNE para a luta política no Brasil e da necessária unidade no 45º Congresso da entidade

Classe - Como você se sente como candidato a presidente da UNE?

Cappelli - Numa boa. É algo que apareceu meio de surpresa, mas estamos com muita disposição para enfrentar essa tarefa. É uma tarefa difícil, mas empolgante, que desperta nosso interesse e impulsiona no sentido de manter a UNE cada vez mais forte.

Classe - Qual a expectativa do 45º Congresso da UNE?

Cappelli - Nosso objetivo é construir a mais ampla unidade possível. Vamos fazer com que a UNE saia ainda mais fortalecida deste Congresso, com a marca da oposição ao governo de Fernando Henrique Cardoso. Precisamos deixar as pequenas divergências de lado, apostar naquilo que nos une e construir um grande movimento nacional contra o projeto neoliberal.



Diante desta situação, a tarefa dos militantes da UJS é fazer a mais ampla e politizada mobilização dos estudantes, visando garantir no Congresso uma UNE de luta. Discutir com todas as lideranças a necessidade de manter a UNE no centro da luta oposicionista. Para nós, este é um período de guerra em defesa da universidade pública e de combate à política do governo FHC. O que está em jogo é o papel que os estudantes vão jogar na vida política nacional. O que está em jogo é a garantia de que a UNE continuará coerente com os seus 60 anos de luta e com sua tradição mais recente.

A chapa *Um passo à frente*, apoiada

pela UJS, precisa chegar ao Congresso com ampla maioria de delegados. Só assim poderemos demover outros setores de visões menores e aprovar uma plataforma e uma direção unitária, à altura dos desafios que estão postos para o movimento estudantil e popular.

Queremos também aproveitar o momento de contato dos militantes da UJS com milhares de estudantes para filiar o maior número possível destes à nossa organização, debatendo, além das propostas para o Congresso da UNE, nossas opiniões sobre a crise do capitalismo e a defesa do socialismo.

*Da direção nacional da UJS.

Classe - Quais foram as marcas da sua gestão à frente da UEE do Rio de Janeiro?

Cappelli - A principal marca foi a interiorização do movimento estudantil. Os estudantes do interior do Estado são muito carentes de informações. A UEE cumpriu, então, este papel, procurando levar o movimento estudantil de maneira uniforme a todo o Estado. Também tivemos uma participação importante na luta contra o *provão*, com as manifestações realizadas no São Cristóvão, aqui no Rio. Segundo o jornal *O Globo*, 90% dos alunos de Administração e Engenharia do Rio de Janeiro boicotaram ou entregaram a prova em branco. Já neste ano, a marca da nossa gestão foi a luta contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Procuramos cumprir aquilo que achamos que deva ser o papel das UEEs, que é reproduzir nos Estados a política desenvolvida pela UNE, em defesa da soberania nacional e da educação pública.

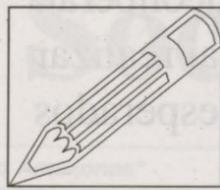
Classe - E qual a sua opinião sobre a atual gestão da UNE?

Cappelli - Eu achei positiva a atual gestão, porque enfrentou o governo FHC, um governo antipopular no seu conteúdo, mas com grande aceitação

entre o povo, eleito com uma grande vantagem sobre os outros candidatos. Essa gestão teve grandes desafios e conseguiu superá-los. Afora o MST, que tem se destacado na luta contra o projeto neoliberal, a UNE foi das poucas entidades do movimento social que conseguiu realizar mobilizações de rua. O *provão* foi enfrentado com competência pela UNE, que conseguiu se articular com outros setores sociais e da própria universidade, como reitores e professores. Apesar da grande ofensiva do Ministro da Educação, a UNE não se isolou.

Classe - Quais são os principais desafios da próxima gestão?

Cappelli - Nossos desafios são muitos. O ano que vem é de eleição presidencial e precisamos de uma grande unidade de todo o movimento social, de uma frente mais ampla para derrotar o projeto neoliberal, que englobe os estudantes, os trabalhadores e o movimento popular. A UNE, além de contribuir com essa articulação política precisa de um quê a mais, que é garantir a mobilização de rua, envolver a juventude na discussão sobre os rumos do país. Além disso, vamos defender a universidade contra os ataques que estão sendo desferidos pelo governo federal.



■ Governo federal decretou reformas profundas no ensino técnico brasileiro, ajustando-o à lógica neoliberal. Estudantes secundaristas estão em pé de guerra e não aceitam as imposições do Ministro da Educação, para quem “ensino técnico é luxo”

Governo quer acabar com ensino técnico

Luciana Bento

Uma verdadeira revolução está sendo encaminhada na educação brasileira. Em que pese a conotação positiva e romântica que a palavra tem, neste caso as mudanças radicais vão piorar - e muito - o ensino no Brasil.

“Partindo do pressuposto de que o povão não precisa de muito mais do que saber ler e escrever, Fernando Henrique se aproveita do verdadeiro caos em que se encontra a educação brasileira e divulga aos quatro cantos suas soluções mágicas para os problemas”, denuncia o presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, Kérison Lopes.

Soluções mágicas, neste caso, atendem pelos nomes de municipalização, aumento do número de vagas, redistribuição dos recursos, parceria com a sociedade, fim dos desperdícios, piso salarial de 300 reais para os professores.

Como a educação é a vergonha nacional, muita gente nem procura saber o que estes termos bonitos significam e se impressionam com as palavras do Presidente. Afinal, o *Jornal Nacional* mostra todos os dias o drama das professorinhas que ganham 30 reais por mês no Norte e no Nordeste e “alguém tem que tomar uma providência”.

“Apertadores de parafusos”

Mas não é bem assim. A concepção neoliberal do governo não poupou a educação em nenhum momento. E a carga pesada veio direto para as universidades e escolas técnicas, ou o “ensino de elite”, como os tucanos gostam de frisar.

Apesar de anunciar o aumento de 75 mil vagas nas escolas técnicas federais, o governo não vai investir nenhum tos-

ção a mais no ensino técnico e tecnológico.

O motivo é simples: em vez de ensino de qualidade, de pesquisas e laboratórios bem equipados, os alunos das escolas técnicas serão treinados para desempenhar atividades profissionais “de acordo com as necessidades do mercado”, como bem explicou o ministro da Educação, Paulo Renato.

“As escolas técnicas estão fora da realidade das empresas”, disse o Ministro, ao mesmo tempo em que anunciou a ampliação da rede com recursos do Banco Mundial. O detalhe é que a responsabilidade pela manutenção das escolas não será do Ministério, mas dos governos estaduais e municipais e, principalmente, das parcerias com a iniciativa privada. Os altos executivos da Fiat já anunciaram que estão interessadíssimos.

Sem dinheiro e sem qualidade

“Na verdade, sob o argumento de que a rede será ampliada, o governo transformará a grade curricular do ensino técnico em módulos profissionalizantes desvinculados do 2º grau, separando a formação acadêmica da técnica. Este treinamento apenas servirá para jogar rápida e massivamente mão-de-obra barata e mal-formada no mercado de trabalho”, analisa Kérison.

É partindo deste mote que a Ubes lançou no começo deste ano a campanha “Queremos mais que apertar parafusos” e defende a melhoria do atual modelo de escolas técnicas, vigente há 90 anos. “É claro que queremos mudanças. Mas não as impostas por Fernando Henrique, que sequer deixou o Congresso Nacional se pronunciar a respeito da reforma,



Manifestação de estudantes no dia 20 de maio, em SP, contra a reforma do ensino técnico e pela CPI da reeleição.

que foi baixada por decreto”, esclarece o presidente da Ubes. A desculpa usada é de que o decreto é a normatização da Lei de Diretrizes e Bases, recentemente aprovada no Congresso.

As declarações do Ministro da Educação, de que ensino técnico é luxo, não deixam dúvidas de onde ele quer chegar: escolas medíocres, sem qualidade, ao lado de poucos centros de excelência - nos moldes de seu projeto para as universidades públicas federais. Desta for-

ma, segundo a lógica do Ministro, acabariam os privilegiados. Simples, não?

“O governo deveria privilegiar todo mundo e investir na capacitação e modernização dos laboratórios das escolas técnicas, incentivar as pesquisas, construir mais escolas, aumentar as vagas, melhorar os salários dos professores e destinar mais verbas para a educação, em vez de colocar a culpa do problema em suas maiores vítimas: os estudantes” finaliza Kérison.

49ª Reunião Anual da SBPC

A luta em defesa da ciência e tecnologia

No próximo mês (13 a 18 de julho 97) acontecerá em Belo Horizonte, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a 49ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); o principal e mais popular evento científico do Brasil. Uma oportunidade rara de vivência de ensino, pesquisa e extensão interligadas. Universidade itinerante, a Reunião é uma mostra viva dos avanços e dos limites da pesquisas desenvolvida em nosso país. A Reunião deste

ano tem como tema *Ciência Hoje, Brasil Amanhã*.

Nestes tempos de neoliberalismo e ataques do governo FHC às conquistas científicas e tecnológicas gestadas arduamente em meio século de existência da SBPC (ataques ao sistema nacional de ciência e tecnologia e à sustentação de gerações de cientistas - necessários a um projeto soberano para o país), encontraremos na 49ª SBPC um momento privilegiado para debater e organizar melhor a luta em defesa

do progresso humano e do desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro. Importante ressaltar a formação da frente parlamentar em defesa da ciência e tecnologia, organizada por amplos segmentos políticos, que se propõe a enfrentar a política neoliberal de desmonte da nossa capacidade produtiva e científica, e que se fará presente no evento.

Destaques especiais dentro da Reunião terá a Sala Aziz Ab-Saber, que sediará atividades variadas, intercambi-

do apresentações científicas, culturais e políticas. A programação básica da sala será divulgada na próxima *Classe Operária*. Os camaradas e amigos interessados em participar da sala, com apresentação de trabalhos/vídeos/debates ou outras formas, podem apresentar suas sugestões até o dia 30 de junho através dos endereços eletrônicos: agprincipios@ax.ibase.org.br (revista *Princípios*), esales@outlook.com.br (Dr. Cecília Almeida Salles), ou ainda pelo fone/fax (011) 604-4140

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



■ O III Congresso da UBM, realizado em Goiânia em 1994, caracteriza-se como um Congresso de retomada, avaliou as mudanças ocorridas no país e a experiência da corrente emancipacionista, assumindo posição de resistência ao projeto neoliberal.

Avanços e desafios do movimento de mulheres

Olivia Rangel *

Avaliando as mudanças no perfil da mulher brasileira, no movimento de mulheres, na realidade social, assim como a experiência da corrente emancipacionista, o Congresso aprovou novo plano de ação política e organizativa para a UBM.

Marcou o caráter de corrente das organizações emancipacionistas, caracterizando-as como "núcleos irradiadores da concepção emancipacionista, aglutinadores das mulheres identificadas com essa concepção, articuladoras da atuação emancipacionista nos diversos espaços e movimentos sociais". Estabelece, como prioridade, nossa atuação junto às mulheres em movimento nos diversos movimentos sociais e, em especial, junto às mulheres trabalhadoras. Coloca como meta a implantação, reestruturação ou fortalecimento do trabalho da UBM nos vários estados do país, não só através de entidades locais mas também de núcleos ou comissões.

Ampliamos nossos espaços junto ao movimento social, aos fóruns políticos e democráticos nacionais, através de: correspondência sistemática, presença em eventos e lutas sindicais e estudantis, assim como participação em fóruns políticos nacionais

Inserimo-nos nacionalmente no processo da IV Conferência Mundial sobre a Mulher: realizamos o I Encontro Mulher e Trabalho (UBM-CSC), com a presença de 100 trabalhadoras, de 54 entidades, de 14 estados.

Tivemos participação destacada na Conferência da Mulher Brasileira (Junho-1995), com uma combativa delegação de mais de 100 emancipacionistas de 12 estados. Fomos a Beijing com uma delegação de 23 diretoras e ativistas. Abrimos espaços para articulações internacionais, através da participação em Beijing e em Cuba (participamos do Congresso da Federação das Mulheres Cubanas em Março de 1995).

Avançamos na reestruturação de entidades e implantação de núcleos-UBM em vários estados e municípios.

Ajustes na questão organizativa

Considerando que a implementação do projeto neoliberal em nosso país colocava novos desafios e possibilidades para a luta das mulheres, realizamos em maio de 1996 em São Paulo o IV Congresso da UBM, com o objetivo de aprofundar sua compreensão e elaboração sobre a questão de gênero, definir com clareza sua plataforma de lutas e avançar na definição de formas adequadas para sua organização, funcionamento e manutenção financeira.

Realizado sob o impacto da chacina



de Eldorado dos Carajás, o IV Congresso reúne quase 200 ativistas de 16 Estados e faz uma homenagem às trabalhadoras rurais e à luta em defesa da reforma agrária convidando Diolinda Alves de Souza, líder do Movimento dos Sem Terra. Também foi feita uma entrega simbólica de material escolar ao cônsul de Cuba, Rafael Hidalgo, como parte da campanha organizada por diversas entidades sob o lema "Não apague a educação popular em Cuba". Analisando o aprofundamento da crise e perda de direitos que caracterizam o governo de Fernando Henrique Cardoso, define que a principal bandeira de luta está sintetizada na palavra de ordem: **Nenhum direito a menos, alguns direitos a mais.**

O Congresso aprovou alterações significativas nos Estatutos, buscando imprimir maior leveza e agilidade à UBM, adaptando-a às características atuais do

movimento de mulheres e feminista. A entidade nacional passa a ser caracterizada como representante e coordenadora da corrente emancipacionista a nível nacional, uma rede mobilizadora, formadora e articuladora, levando a questão de gênero e a luta emancipacionista a todos os espaços da sociedade. Filia entidades, núcleos, e comissões emancipacionistas e identifica politicamente a corrente em todo o país.

Ao invés de entidades locais e uma entidade nacional à qual aquelas são filiadas passamos a uma entidade nacional, atuando em todo o país, através de suas filiadas individuais, regidas por um único estatuto e programa nacional (da UBM), organizadas através de núcleos e coordenações locais, os quais teriam apenas um regimento e CGE local, para reconhecimento legal, projetos, acordos etc.

Trata-se de um processo inverso ao da fundação: a UBM foi organizada de baixo para cima, a partir de um conjunto de entidades locais já existentes. Hoje se reorganiza de cima para baixo, como entidade nacional que se ramifica. A diretoria da UBM se transforma em uma Coordenação Nacional, com uma Secretaria Executiva sediada em São Paulo e um Conselho Consultivo mais amplo.

Avanços e desafios

Concretizado o reajuste organizativo, a UBM voltou-se para o trabalho de fortalecer sua inserção nos fóruns e redes do movimento de mulheres e do movimento social e de consolidar seus núcleos nos municípios e Estados. Ao longo de 1966 participamos em diversos Estados da campanha "Mulheres sem medo do poder", decorrente dos compromissos em Beijing, de estabelecer mecanismos de ação afirmativa visando garantir para a mulher igualdade de acesso e plena participação nas estruturas de poder e de tomada de decisão. Em novembro marcamos presença no VII Encontro Feminista da América Latina e Caribe com uma delegação de 18 mulheres.

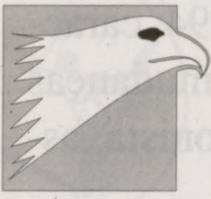
Entramos em 1997 lutando para fortalecer organizativamente nosso entidade iniciando uma campanha de filiações. Preocupadas em estabelecer uma marca própria para a UBM, definimos a questão do trabalho e formulamos um questionário a nível nacional para conhecer melhor as reivindicações das mulheres trabalhadoras diante das mudanças ocorridas no mundo do trabalho.

Por outro lado, cresceu nossa responsabilidade pelo fato de estarmos sediando a Coordenação Regional de São Paulo da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos. Duas diretoras da UBM integram o Conselho Diretor da Rede Nacional. Participamos da coordenação do 8º Encontro Internacional Mulher e Saúde, realizado em março no Rio de Janeiro, que reuniu 560 mulheres de 58 países.

Embora a UBM esteja mais inserida nos fóruns e articulações do movimento feminista e social, contamos ainda com um núcleo reduzido que companheiras que participam efetivamente do dia a dia da entidade. Ainda temos grandes dificuldades em viabilizar o funcionamento coletivo da executiva nacional e dividir responsabilidades com a diretoria plena.

Enfrentamos grande carência de recursos financeiros, arrecadados até agora com grande dificuldade, pelo trabalho da executiva nacional, através de venda de materiais, colaboração de sindicatos e parlamentares, doações individuais. A frente de mulheres desfruta de pouco prestígio no Partido e muitos dos quadros formados estão atuando em outras áreas.

O processo de realização do 9º Congresso do Partido cria condições favoráveis para que aprofundemos o debate em torno dos desafios que se colocam para as atividades da UBM e as condições que teremos para enfrentá-las coletivamente.



■ Os EUA aprovaram 10 emendas com novas restrições contra Cuba. Ao tempo em que aumentam as agressões norte-americanas, aumenta também a solidariedade com o pequeno país. Oscar Niemeyer projetou monumento protestando contra as pressões norte-americanas

EUA aprovam novas medidas agressivas contra Cuba

O governo cubano denunciou novas medidas agressivas dos EUA contra Cuba, desta vez através de 10 emendas aprovadas em 6 de maio pelo Comitê de Relações Internacionais da Câmara de Representantes.

O presidente do Parlamento cubano, Ricardo Alarcón, disse que enquanto a administração Clinton não dá mostras de querer cumprir seu acordo de 11 de abril com a União Européia, os legisladores lançaram novas medidas contrárias a esses compromissos sobre o capítulo da Helms-Burton que trata da expulsão do território norte-americano dos que investirem em Cuba.

As 10 emendas para reformulação da política exterior impedem o presidente Clinton de agir com mais flexibilidade em relação ao 4º capítulo da Lei Helms-Burton e aumenta a agressão extraterritorial não só contra Cuba, mas também



Ricardo Alarcón, presidente do Parlamento cubano

contra terceiros países. "Curiosamente, a reunião de 6 de maio abriu um precedente na história do parlamentarismo mundial, pois é a primeira vez que um debate numa comissão, apesar de ser público, alcançou absoluto segredo", disse Alarcón com ironia. "Até agora, nada foi informado sobre esses textos,

apesar de só faltar a aprovação no plenário do Congresso, por isso decidimos dar a conhecer à opinião internacional algo que se tentou manter deliberadamente à margem do conhecimento público», acrescentou.

Além das emendas, Alarcón mencionou a publicação nos EUA de dois documentos: um

que impediria o presidente de suspender julgamentos a investidores estrangeiros em Cuba e outro que estabeleceria uma série de requisitos para poder continuar exercendo essa faculdade, tendo como base que ele aplicasse castigos às nações desses investidores, "inaceitáveis para qualquer nação soberana, sob qual-

quer ponto de vista. Como se isso não bastasse, foi anunciada a possibilidade de incluir novo capítulo à Lei Helms-Burton, o 5º, ou fazer outra lei que estabeleceria novas sanções contra as empresas estrangeiras em Cuba, desta vez com impostos".

O governo cubano decidiu informar outros governos e levar uma denúncia à ONU sobre "estas novas tentativas de contrariar o critério definido pela Assembleia-Geral sobre o bloqueio".

Alarcón considerou que, em seu segundo mandato, o presidente Clinton, dos EUA, "parece preferir se relacionar bem com a direita republicana, transigindo para chegar a acordos e a entendimentos em questões orçamentárias e sociais". Disse que essas medidas são uma ofensiva dos elementos que não estão de acordo com os resultados da Lei Helms-Burton, de cuja eficácia duvidam.



Arquiteto brasileiro projetou monumento de solidariedade à Cuba

O cerco à Cuba

Oscar Niemeyer

No momento em que nossas convicções políticas são tão ofendidas, é bom sentir que nada vai corrompê-las. Que, ao contrário, as mantemos e exibimos com a mesma coerência de muitos anos atrás.

E foi diante desse quadro lamentável, com os Estados Unidos cercando Cuba, sem levar em conta o lado humano, por eles aliás muitas vezes omitido, que projetei o monumento de protesto contra tanta violência e insanidade.

Representa o cerco a se quebrar e a bandeira cubana surgindo vencedora, contestando a opressão, lembrando liberdade.

E, para alegria minha, meu trabalho teve boa repercussão, tendo-o localizado Fidel, ele mesmo, na grande praça de La Dignidade, defronte da embaixada

norte-americana.

E, com satisfação, recebi do governo cubano um álbum definindo, detalhadamente, o lugar escolhido, o tipo de terreno, os problemas dos ventos, enviando-me ainda fotomontagens do meu projeto e o abraço amigo que sempre dispõem aos que vivem a sua luta e sobre ela se manifestam solidários.

Protestar é, afinal, o mínimo que podemos fazer neste mundo onde o dinheiro passou a comandar a própria vida, desprezando a miséria que cresce, o desemprego que se multiplica e essa desesperança, essa revolta que invade nossos corações.

*Arquiteto, é um dos criadores de Brasília; é autor do Memorial da América Latina e de obras na França, na Itália, no Reino Unido, nos EUA, na Venezuela e em Israel, entre outros países.

The New York Times confessa ter sido manipulado pela CIA

Em sua edição de 8 de junho último, o jornal *The New York Times* confessou que, nos anos 50, colaborou com a CIA, nas ações do governo norte-americano contra a Guatemala. A confissão ocorreu porque vários documentos secretos do período foram finalmente revelados, deixando claro o relacionamento do então proprietário do jornal, Arthur Hays Sulzberger, com o chefe da CIA à época, Allen Dulles.

Segundo a matéria, em 1954 o jornalista Sydney Grusson foi proibido pelo patrão, Sulzberger, de "por os pés na Guatemala". O chefe da CIA, Dulles, não queria a presença do jornalista no país, onde os Estados Unidos atuavam visando derrubar o presidente Jacobo Arbenz, eleito democraticamente, para substituí-lo por um general sensível aos interesses de Washington e da United

Fruit, grande empresa norte-americana que controlava a quase totalidade das riquezas do país. O golpe militar acabou ocorrendo.

Dulles achava que o jornalista Grusson era de esquerda, e censurava todas as suas matérias, antes de serem publicadas no *NYT*, numa relação no mínimo suspeita entre um órgão de imprensa "livre" e os serviços de espionagem internacional dos EUA. Na defensiva, o atual diretor de redação do *NYT* afirmou que "não sabe se Arthur Hays manteve realmente contato com a CIA". Mas o jornal apressou-se em publicar a matéria, já que os arquivos oficiais estão agora disponíveis, e pesquisadores poderiam apresentar a denúncia que põe por terra a "independência" jornalística de um dos mais famosos órgãos de imprensa norte-americanos.



"Todas as notícias que devem ser publicadas" (All the News That's Fit to Print), diz a epígrafe do jornal; porém acordo com a memória que seria impresso...



■ Os eleitores franceses e ingleses disseram não às políticas neoliberais dos partidos de direita. Prudentes, entretanto não passaram qualquer cheque em branco a nenhum dos partidos, mas apostaram na perspectiva de amplas articulações de centro-esquerda

Derrotas do neoliberalismo dão novos rumos à Europa

José Carlos Ruy

A decisão do presidente francês Jacques Chirac de dissolver a Assembléia Nacional, em abril passado, e convocar eleições parlamentares antecipadas, causou espanto. Afinal, o presidente usava uma prerrogativa prevista para situações de grave crise política, o que não era exatamente o caso; além disso, a coligação entre gaullistas e neoliberais que apoiava Chirac tinha maioria absoluta naquele parlamento: 464 deputados entre os 577 existentes.

Muitos analistas encararam a iniciativa como uma esperteza da presidência - fugir de uma provável derrota quando a eleição ocorresse daqui a 10 meses, na data prevista pelo calendário eleitoral normal. Mas Chirac mal podia imaginar que estava criando a tempestade que iria arrasar seu governo, dando novos rumos - e radicalmente opostos aos seus - à política francesa. As eleições antecipadas ocorreram, em dois turnos, nos dias 25 de maio e 1º de junho, e a coligação que apoiava Chirac tomou uma surra eleitoral memorável - sua bancada parlamentar ficou reduzida a 258 deputados, enquanto a oposição cresceu para 319, mais um deputado sem partido. O Partido Socialista, que tinha 63 deputados, cresceu para 245, e o Partido Comunista, que tinha 24, passou para 37.

A correlação de forças no parlamento francês foi invertida, e a coligação conservadora, que tinha a chefia do governo, teve que cedê-la aos vencedores. Alain Juppé, o primeiro ministro conservador, aliado de Chirac, foi assim substituído pelo socialista Lionel Jospin, que é adversário do presidente.

A França seguiu, desta forma, um caminho semelhante ao da Grã-Bretanha, um mês antes, quando o Partido Trabalhista impôs aos conservadores britânicos a pior derrota dos últimos 90 anos, terminando com 18 anos de domínio dos conservadores, quando foram pioneiros na implantação de um programa neoliberal radical que fez da Inglaterra, hoje, o mais pobre entre os países ricos, com níveis recórcordes de desemprego e acen-tuada degeneração da qualidade de vida da população.

A vitória dos trabalhistas na Inglaterra e da coligação socialista-comunista na França sinaliza o desejo de uma mudança essencial, expresso pelos eleitores - a construção de uma Europa unida deve se inspirar no atendimento de necessidades sociais e não nos privilégios do capital financeiro.

A tônica da campanha, nos dois países, foi o combate ao desemprego. Na França, o programa da esquerda prevê a criação de 700 mil novos empregos (metade pelo governo e outra metade pela iniciativa privada), redução da jornada de



Eleitorado francês sinalizou contra a política neoliberal

trabalho de 39 para 35 horas semanais, e reversão do programa de privatizações de empresas estatais do governo anterior.

As declarações iniciais dos novos governantes ecoa o desejo que o eleitorado manifestou. "Nossa prioridade agora é resolver o problema do desemprego", disse Lionel Jospin. "O resultado das urnas é uma exigência real de mudança, exigência de uma política social e econômica a serviço do homem e exigência de uma reorientação da construção da Europa". Opondo-se ao principal dogma neoliberal, Jospin foi claro: "o mercado deve ser regulamentado", para produzir crescimento, disse ele, para

quem "o Estado é o coração da democracia européia".

Tony Blair, o novo primeiro ministro britânico, bateu na mesma tecla em declarações como "temos de pôr fim ao escândalo de 18 milhões de desempregados na Europa" ou "as forças do mercado não são um novo Deus".

A vitória dos trabalhistas e da coligação socialista-comunista tornaram a Grã-Bretanha e França nos dois novos e importantes membros do clube dos governos socialistas - agora, apenas dois países da União Européia tem governos conservadores, a Espanha e a Alemanha. E há sinais de que, pelo me-

nos na Alemanha, o reinado do conservador Helmut Kohl está ameaçado pela *onda rosa*: a oposição socialista alemã já está se movimentando para exigir que o governo antecipe as eleições parlamentares, que poderão fazer com que o país se alinhe às demais potências européias, orientando-se pelos novos ventos.

Este é o recado que os eleitores britânicos e franceses estão dando. Ele independe de quem foi eleito - na verdade, uma leitura mais atenta dos resultados deve indicar não a vitória de uma esquerda atenuada, mas principalmente a derrota das políticas neoliberais e conservadoras. Esse recado já foi dado em gre-

ves memoráveis, como as de 1996 e 1997 na França; na primeira greve européia, em abril de 1997, contra demissões de operários e o fechamento de uma fábrica da Renault em Vilvorde, na Bélgica; no crescimento dos protestos na Alemanha e outros países europeus.

A história, cansada das mazelas neoliberais, parece mudar de mão - pelo menos no discurso dos novos governos da Europa, sai o mercado e seu moinho satânico que massacra os povos, e entra a defesa dos direitos sociais e do progresso. Trata-se de uma mudança de rumos importante.

Pesquisa revela preocupação do eleitorado francês com o emprego

Ao contrário da legislação brasileira, na França é proibido a realização de pesquisas eleitorais antes das eleições. A primeira pesquisa feita logo após a promulgação dos resultados foi realizada pela empresa SOFRES. A maioria do eleitorado francês entende que a prioridade do novo governo socialista deve ser a criação de emprego. A criação de 350 mil empregos na área pública está entre as primeiras preocupações reveladas pela pesquisa, com 70% das respostas. Em seguida, o aumento dos salários mais baixos (55%), a proibição da acumulação de mandatos (35%), a redução da jornada de trabalho para 35 horas (28%), o controle das

dispensas de trabalhadores (23%), a renegociação da união econômica e monetária da Europa (19%), a revogação das leis Pasqua - Delvé (13%) e o fim do processo de privatizações (10%).

Com relação ao atual presidente Jacques Chirac, 61% dos pesquisados considera que ele deve continuar no Palácio do Eliseu, contra 31% que pensam o contrário.

No entanto, 58% dos franceses consideram que o atual primeiro ministro de ver o "verdadeiro chefe do executivo", contra 37% que acham o inverso, ou seja, que esse papel cabe ao presidente.

No que diz respeito à coabitação

as opiniões estão divididas: 48% dos interrogados acha que a coabitação entre um presidente de direita e um primeiro-ministro de esquerda será "muito positiva", enquanto 45% é de opinião que será "extremamente negativa". Em todo caso, a maioria de 60% considera que a coabitação não poderá durar toda a legislatura contra 35% que a acham possível. A posição quanto à participação dos comunistas no ministério também está dividida, como revela a pesquisa: a maioria, 49%, diz-se favorável à presença de ministros comunistas e 46% não acha a idéia agradável.

Centro de Documentação e Informação da Fundação Maurício Grabois

O poeta da liberdade e do amor

Aldo Rebelo*

Antonio Frederico de Castro Alves, ou simplesmente Castro Alves, já foi o poeta mais lido e mais declamado no Brasil. Hoje, anda meio esquecido e o sesquicentenário de seu nascimento não está sendo comemorado como deveria.

Para alguns críticos, o obstáculo é seu condoreiro. A nova geração, acostumada com os versos livres e intimistas dos poetas contemporâneos, estranha a métrica rigorosa, o tom arrebatado, as palavras difíceis dos poemas de Castro Alves. Uma parte das dificuldades, no entanto, fica por conta dos temas sociais e da concepção engajada de sua arte, distante da juventude atual, mais inclinada ao individualismo e à indiferença política. A poesia social de Castro Alves é para ser lida em voz alta, nas praças e nos anfiteatros, onde foi urdida em sinergia com a população pobre das ruas e com os movimentos progressistas da época.

Partidário ardoroso da liberdade e da igualdade de todos os seres humanos, Castro Alves se imortalizou como o poeta dos escravos, o vate inspirador do movimento abolicionista. Foi precursor dos ideais republicanos e soube resgatar também as grandes jornadas de luta e de formação do povo brasileiro, como a epopeia de Palmares ou a guerra da independência na Bahia. Exaltando as potencialidades do Brasil, nem por isso deixou de solidarizar-se com as causas progressistas de outras nações, dedicando seu último poema, declamado em público em Salvador, à defesa das vítimas da guerra

franco-prussiana e à celebração da Paris sitiada dos comunardos.

Mas Castro Alves antecipou também temas de surpreendente atualidade, sensíveis aos jovens, como a preocupação ecológica com a preservação de nossa flora e de nossa fauna, presente, por exemplo, no poema *A queimada*. E não deixou de ser um lírico capaz de enaltecer, com ternura e sensualidade, as virtudes e a beleza das mulheres que amou.

Em sua concepção militante da vida e do amor, exposta, por exemplo, na peça teatral *Gonzaga ou a Revolução de Minas*, a felicidade pessoal não é desvinculada do progresso social, nem a arte dos compromissos sociais.

Castro Alves foi, portanto, indissociavelmente, poeta e militante, um cantor inflamado da liberdade e do amor. Desaparecido precocemente aos 24 anos, deixou um testemunho a ser preserva-

do: o amor à vida, no que ela tem de mais elevado, a liberdade e, ao mesmo tempo, a valorização da amizade e da cooperação entre os povos e entre as pessoas. Apesar das diferenças de linguagem e de desafios históricos, a juventude de hoje tem muito que redescobrir no legado literário e político do jovem poeta romântico.

*Jornalista e deputado federal (PCdoB/SP)



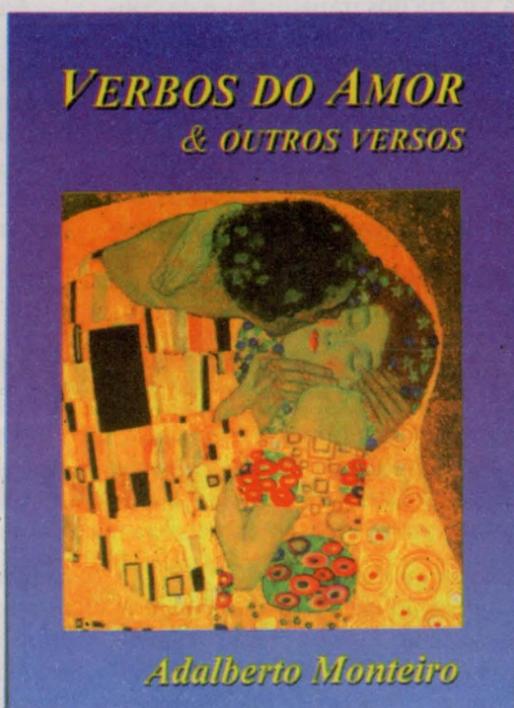
Os verbos do amor

O jornalista e escritor Adalberto Monteiro lançou, no último dia 5, em Goiânia, *Verbos do Amor e Outros Versos*, seu segundo livro de poemas. Cerca de 500 pessoas participaram do coquetel de lançamento, entre artistas, personalidades políticas, amigos e leitores, do poeta. Durante o lançamento, houve também uma homenagem ao PCdoB, que está em processo de realização de seu 9º Congresso. O Partido, presidido em Goiás por Adalberto Monteiro, foi representado pelo seu vice-presidente nacional, Renato Rabelo.

A noite de autógrafos teve uma rica programação cultural: teatro, dança, música... Toda ela tendo como ponto de partida a temática do livro. A escritora Yeda Shmaltz, que prefaciou *Verbos do Amor e Outros Versos*, definiu a obra como "um livro de amor geral para ser lido e um livro de amor para ser amado".

Segundo Adalberto, "a vida afetiva está envolta na pertinácia e ansiedade da busca, no deslumbramento do encontro e na dor e angústia de perder". Em seu livro, os verbos do amor são Buscar, Encontrar, Perder e novamente Buscar.

Afirma o autor: "a poesia conspira contra a solidão, fenômeno intrigante dos nossos dias. Apesar das pessoas viverem amontoadas nas metrópoles, da massificação dos meios de comunicação, do



lazer coletivo, as pessoas sofrem porque não conseguem cativar o outro. A capacidade de expressar sentimentos de doação ao outro parece ter sido perdida. A solidão é tão aguda que a propaganda promete 'sexo, desejo, amor' pela Internet. Para superá-la é preciso buscar com a fé dos monges tibetanos, mas que a conquista da pessoa amada não seja sinônimo de saque."

O livro foi editado pela Editora Grapopel, tem 140 páginas e está sendo vendido por R\$ 15,00. Pode ser adquirido nas sedes regionais do PCdoB.

Uma cidade de nome você

Durante todo este tempo,
ou envolto em amor, ou envolto em dor.
Houve vez
que chagas terríveis
golpearam a alma
e houve vez que alegria intensa
incendiou a vida.
Nunca, entretanto,
deixei de te venerar
nem quando meu coração
galopava terno na planície,
nem quando a desgraça
visitava minha vida.
Nunca, entretanto,
nem sequer um dia,
- qual muçulmano adora Meca -
meu coração deixou
de arder por ti.

Ah! Velhas lágrimas
de que se recorda da aldeia onde
nasceu,
todavia desterrada para sempre dela!
Ah! Impossível colo bondoso
distante de avô!
Não queres mais me ouvir
e jamais minha voz
se voltará contra um desejo teu.
Não queres mais me ver
e jamais minha vida
irá ferir teus olhos.

Mas saiba,
esteja você
feliz
ou triste
saiba
que num canto perdido deste mundo
numa hora determinada do dia
- muçulmanamente -
alguém, de tanto carinho,
a uma cidade de nome você.

Ah! Velha lenda
do amor do sol pela lua!
Ah! Velha ternosia
do homem a braços
a enfrentar o mar.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois